

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Augusto Picoło Furini

**CRISE, QUESTÃO SOCIAL E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE AS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM
NOVO BARREIRO - RS**

Santa Maria, RS
2022

Augusto Picolo Furini

**CRISE, PANDEMIA E QUESTÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM AS MULHERES
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NOVO BARREIRO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do título
de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientador(a): Profa. Dra. Larissa Ramalho Pereira

Santa Maria, RS
2022

Augusto Picolo Furini

**CRISE, QUESTÃO SOCIAL E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES
BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NOVO BARREIRO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do título
de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovado em 15 de fevereiro de 2022.

Larissa Ramalho Pereira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Sheila Kocourek, Dra. (UFSM)

Rosane Janczura, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

RESUMO

CRISE, QUESTÃO SOCIAL E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NOVO BARREIRO - RS

AUTOR: Augusto Picolo Furini

ORIENTADORA: Profa. Dra. Larissa Ramalho Pereira

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que investiga acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 sobre as condições de vida de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Novo Barreiro no Estado do Rio Grande do Sul. Compreende-se neste trabalho a possibilidade de aprofundar a construção de conhecimento, dando visibilidade e dizibilidade às expressões da questão social que surgem nesse processo histórico de pandemia de Covid-19, e de tantas outras implicações sobre as condições de vida de uma população em vulnerabilidade. Para tanto, o método que pauta este estudo é o método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, que está determinado como método de análise da realidade, como arcabouço teórico deste trabalho. No entanto, para auxiliar a desvelar o objeto de estudo, realizou-se sessões de Grupo Focal e Entrevista Guiada com beneficiárias do Programa Bolsa Família da cidade de Novo Barreiro. Ainda, a pesquisa subsidia algumas mediações necessárias para compreender a reprodução das relações sociais no atual cenário político neoliberal, assim como contribui com reflexões pertinentes para o Serviço Social brasileiro, que se encontra sob a luz dessa realidade, a fim de que estes processos reflexivos possam balizar suas intervenções profissionais. Por fim, como resultados desta pesquisa surgem importantes categorias identificadas a partir das falas e dos levantamentos de dados obtidos com as mulheres participantes deste estudo, que serão abordados com mais profundidade na íntegra do exposto.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Mulheres; Pandemia de Covid-19; Questão Social; Crise do Capital;

ABSTRACT

CRISIS, SOCIAL QUESTION AND COVID-19: A STUDY ABOUT THE FEMALE BENEFICIARIES OF THE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA IN NOVO BARREIRO - RS

AUTHOR: Augusto Picolo Furini

ADVISOR: Profa. Dra. Larissa Ramalho Pereira

The current undergraduate final project, in Social Work, is quantitative-qualitative research that investigates the impacts of the Covid-19 pandemic on the living conditions of beneficiary families of the *Programa Bolsa Família* in Novo Barreiro, State of Rio Grande do Sul, in Brazil. It is understood in this work the possibility of deepening the construction of knowledge, giving visibility and name to the expressions of the social question that arise in this historical process of the Covid-19 pandemic, and so many other implications on the conditions of life for a vulnerable population. Therefore, the method that guides this study is the critical dialectical method, based on historical materialism, which is determined as a method of analyzing reality, as a theoretical framework for this work. However, to help unveil the object of study, Focus Group and Guided Interview sessions were held with beneficiaries of the Programa Bolsa Família in Novo Barreiro city. Still, this research subsidizes some necessary mediation to understand the reproduction of social relations in the current neoliberal political scenario, as well as contributes with relevant reflections for the Brazilian Social Work, which is in the light of this reality so that these reflexive processes can mark their professional interventions. Finally, as a result of this research, important categories emerged from the speeches and data surveys obtained with the women participating in this study, which will be addressed in more depth in the full text of the aforementioned.

Key-words: Programa Bolsa Família; Women; Covid-19 pandemic; Social Question; Crisis of Capital;

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a minha amada família, meus amigos e amigas, e minha querida orientadora. Agradeço por lembrarem diariamente meu potencial para iniciar e finalizar este percurso de graduação.

Agradeço também as mulheres moradoras da Linha Biriva em Novo Barreiro/RS, beneficiárias do Programa Bolsa Família por aceitarem participar deste estudo, e contribuir valiosamente na construção de conhecimento emancipador.

Essa vitória é nossa, é coletiva. Obrigado por tanto.

“A primeira condição para mudar a realidade consiste em conhecê-la.”

(GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo:

L&PM, 2010, p. 244)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	34
Figura 2 - Guia de temas ou questões a serem abordadas no Grupo Focal.....	41
GRÁFICO 1 – Possui letramento (saber ler e escrever).....	44
GRÁFICO 2 – Trabalho.....	47
GRÁFICO 3 - Contribui atualmente com a Previdência Social.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EG	Entrevista Guiada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RS	Rio Grande do Sul
SIBEC	Sistema de Benefícios ao Cidadão
SICON	Sistema de Condicionalidades
SMPC	Salário Mínimo Per Capita
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PANO DE FUNDO: A CRISE DO CAPITAL.....	13
2.1 A CONJUNTURA SOB A CRISE DO CAPITAL.....	13
2.2 PARA ALÉM DO CORONAVÍRUS: UMA PANDEMIA EM MEIO A UMA CRISE.....	17
2.3 A AGUDIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES (RE)ATUALIZADAS.....	22
3 O CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS	25
3.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	25
3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF).....	32
4. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PBF DE NOVO BARREIRO – RS.....	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	38
4.2 DADOS DA PESQUISA.....	39
4.3 RESULTADOS.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE DE PESQUISA ENTREVISTA GUIADA.....	64
APÊNDICE B - PLANEJAMENTO DE ANÁLISE.....	68
APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	73
ANEXO A - PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	77

INTRODUÇÃO

Há 18 anos o Programa Bolsa Família (PBF) dava seus primeiros passos, com um conjunto de desafios pela frente. Um astuto programa de transferência direta de renda, contendo condicionalidades, que tinha como estratégia integrar a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e objetivou aliviar as situações de pobreza e de fome de forma imediata, da mesma forma a superação destas expressões, e garantir uma melhoria nas condições de vida desta população em vulnerabilidade, promover por fim a integração entre as políticas de saúde, educação e de assistência social (PAIVA et al. 2013). A consolidação do Programa Bolsa Família dependeu da implementação do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que forma, assim, uma relação simbiótica, e necessitou que as/os usuários estivessem cadastrados junto ao CadÚnico e referenciados a um dispositivo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para lograr acesso à programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social.

Após quase duas décadas de programa, muitos avanços e retrocessos atravessaram o processo constitutivo do Programa Bolsa Família. Nos anos mais recentes a Política de Assistência Social enfrenta momentos desafiadores, diante do modelo neoliberal assumido pelas últimas gestões públicas, bem como frente a crise econômica, política e moral acirrada pelo modelo neoliberal, que tem assolado o país, que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) acompanha o aumento do desemprego, da pobreza, do suicídio, da desigualdade social e de tantas outras manifestações da questão social. Neste contexto de políticas de austeridade e redução da atuação do Estado por parte dos governos neoliberais, a pandemia da Covid-19 chega no Brasil, dando visibilidade a tais resultados já denunciados desde o “teto de gastos”, instituído pela Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016. No entanto, gerou um agravamento nas situações de pobreza e vulnerabilidade daqueles que já se encontravam nestas situações anterior a 2020, é a partir da pandemia da Covid-19, que a Assistência Social recebe novos públicos que se viram privados de fontes de geração de renda em virtude do isolamento social imposto como forma de mitigar a propagação do vírus.

É notório que a pandemia da Covid-19 afetou negativamente as condições de renda e trabalho da população em todas as regiões do país, de acordo com dados recentes do Ministério da Saúde, o Brasil ultrapassou os 630 mil mortos por Corona Vírus, o número de pessoas desempregadas alcançou à 13,5 milhões (IBGE, 2021), e a Insegurança Alimentar atingiu em 2020 à marca de 19,1 milhões de brasileiros segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar

no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil organizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021). Ainda de acordo com o Inquérito da Rede PENSSAN nos domicílios com rendimentos de até ¼ do salário mínimo per capita (SMPC), que em sua maioria são famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, tinham Insegurança Alimentar grave, 2,5 vezes superior à média nacional dos domicílios, seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal. Esses dados se tornam ainda mais obscuros ao analisar essa realidade atravessada pelo negacionismo científico por parte do Executivo Brasileiro, o atraso na aquisição de vacinas contra a Covid-19 e o desmonte que já estava em curso das políticas de Seguridade Social.

Em Novo Barreiro, no Estado do Rio Grande do Sul, cidade com aproximadamente 4 mil habitantes, de acordo com o Boletim Epidemiológico, até o momento foram 24 óbitos pela Covid-19. A realidade do município até novembro de 2021, eram 180 famílias beneficiárias do PBF na cidade, a população de Novo Barreiro segundo os dados do Relatório de Programas e Ações (2021) tem uma população em sua maioria 67% rural, com 1.615 pessoas cadastradas no Cadastro Único, para além de uma estimativa de mais de 463 pessoas com perfil de Cadastro Único, que ainda não constam no sistema. Dessa forma, pode-se dizer a partir dos relatórios disponíveis no Ministério da Cidadania que mais da metade da população de Novo Barreiro sobrevive com uma renda abaixo de 3 salários mínimos, e mais de 500 pessoas em situação de extrema pobreza. A partir deste paralelo, nota-se que a pandemia impactou de diferentes maneiras nessa população que já estava em vulnerabilidade, desvelando diversas expressões que não sumiram em dois anos, ou seja, agudizaram.

Diante destas breves reflexões, a motivação central deste trabalho surge na possibilidade do aprofundamento na construção de conhecimento, de dar visibilidade e dizibilidade¹ as expressões da questão social que surgem nesse processo histórico de pandemia de Covid-19, e de tantas outras implicações sobre as condições de vida de uma população em vulnerabilidade, e nomeia o que é sentido, porém ainda não enunciado. No entanto, este trabalho, a pesquisa que aqui será publicizada e suas discussões, são a materialização de um percurso acadêmico desde o ingresso ao curso de Serviço Social, do interesse por disciplinas durante a graduação que têm como centralidade as discussões das categorias “estado”, “ideologia neoliberal”, “políticas públicas” e “questão social”,

¹ Neste trabalho preferiu-se utilizar os termos visibilidade e dizibilidade como potentes máquinas que nos ensinam um modo de narrar e olhar para tais expressões da questão social, possibilitando torná-las visíveis e enunciadas. Ver e dizer. Olhar e falar. O enunciado não está dado, é necessário um trabalho minucioso, debruçando-se no sentido de “rachar, abrir as palavras, as frases, para extrair delas os enunciados.” (DELEUZE, 2005, p. 61).

como também de um aprofundamento teórico-prático no estágio obrigatório em Serviço Social e não-obrigatório realizado em um Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Novo Barreiro/RS, onde acompanhou-se famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e se constatou a partir da realidade diária do serviço os impactos nas condições sócio-humanas desta população durante a pandemia da Covid-19.

Assim, neste processo de produção do saber, considerando as manifestações sociais, econômicas e políticas deste período, este trabalho intenciona subsidiar algumas mediações necessárias para compreender a reprodução das relações sociais no atual cenário político neoliberal, assim como contribui com reflexões pertinentes para o Serviço Social brasileiro, que se encontra sob a luz dessa realidade, do qual trabalha diretamente com estas populações em seus diversos locais de atuação, em especial na Assistência Social, a fim de que estes processos reflexivos possam balizar suas intervenções profissionais. Nesse sentido, com vistas sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social, para além da apreensão do real e do concreto e de construção de processos reflexivos dentro e fora da comunidade acadêmica, este trabalho de conclusão de curso reafirma o compromisso ético da categoria profissional de assistentes sociais com as classes subalternizadas, e contribui para fortalecimento das lutas sociais da classe trabalhadora, em defesa de uma sociedade para além do capital. Não obstante, esta produção se torna inédita acerca do tema Programa Bolsa Família, porém com um incremento da pandemia de Covid-19, produzindo contribuições importantes para a ciência brasileira, em específico para as ciências sociais e humanas, como também para o contexto local da cidade de Novo Barreiro - RS.

Portanto, o problema de pesquisa que norteia o estudo trata do questionamento de: *quais os impactos socioeconômicos gerados pela Pandemia da Covid-19 sobre as condições de vida das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Novo Barreiro no Estado do Rio Grande do Sul?*

Em concordância com a problematização proposta neste trabalho, que se definiu o objetivo central deste trabalho, *identificar quais foram os principais impactos da Pandemia da Covid-19 sobre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Novo Barreiro – RS, a fim de desocultar as expressões da questão social e suas implicações sobre as condições sócio-humanas desta população*. E posteriormente, delimitou-se os seguintes objetivos específicos: a) *pesquisar os impactos da pandemia de Covid-19 no agravamento da questão social e suas expressões na vida da população em vulnerabilidade*; b) *conhecer a trajetória de vida das famílias beneficiárias do PBF de Novo Barreiro - RS e os reflexos socioeconômicos gerados pela pandemia*; c) *evidenciar as múltiplas expressões da questão social vivenciadas pelas famílias do PBF de Novo*

Barreiro – RS, no intuito de dar visibilidade e dizibilidade às manifestações oriundas dessas narrativas; d) analisar os dados da realidade relativos aos impactos socioeconômicos gerados pela pandemia da Covid-19 às famílias do PBF de Novo Barreiro – RS, a fim de que estes possam ser balizadores das intervenções profissionais do Serviço Social;

Sendo assim, para o desenvolvimento metodológico deste trabalho, optou-se pelo método dialético-crítico, fundamentado no materialismo histórico, como abordagem teórico-metodológica, além de que advém de uma fase de pesquisa de campo com natureza quanti-qualitativa, que os dados serão abordados no decorrer deste estudo.

Desta forma, esta pesquisa está organizada em quatro capítulos: introdução, a qual apresenta de forma breve o estudo e sua relevância pessoal, acadêmica, social e científica. Seguido do segundo capítulo, que aborda alguns elementos para contextualizar o debate a respeito da crise do capital durante o advento da pandemia da Covid-19, contemplando reflexões importantes acerca da interface com a agudização da questão social e suas expressões. O terceiro capítulo, que busca interpelar as discussões referentes ao Estado e o seu papel determinante na consolidação das políticas sociais, além da trajetória da política social no Brasil e a construção dos direitos sociais. Em seguida, continua com o quarto e último capítulo, que apresenta o percurso metodológico da pesquisa, dentre outros elementos, que tem como objetivo socializar os resultados obtidos. Por fim, mas não menos importante, o trabalho traz consigo as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 PANO DE FUNDO: A CRISE DO CAPITAL

Neste capítulo, serão abordados alguns elementos com o propósito de contextualizar o debate a respeito da crise do capital durante o advento da pandemia da Covid-19, contemplando reflexões importantes acerca da interface com a agudização da questão social e suas expressões, da mesma forma, com os novos desafios das sociedades contemporâneas. Destaca-se que o capítulo não pretende esgotar o debate referente à crise do capital, do Covid-19 e a respeito da questão social, mas ao contrário, fazer algumas aproximações teóricas importantes para compreender os desdobramentos na esfera da vida social.

2.1 A CONJUNTURA SOB A CRISE DO CAPITAL

Não existe capitalismo sem crise (NETTO, 2012). O sentido da expressão “*crise do capital*” não é catastrófico, de ruptura da ordem burguesa, mas sim um sentido processual, de média ou longa duração, marcada por períodos de retomada do crescimento capitalista e de expansão do capital no

interior de uma onda longa de tendência depressiva (ALVES, 1995). Em outras palavras, a crise do capital como um processo necessário no modo de produção capitalista para reestruturação produtiva das indústrias, ou do mercado de trabalho, ou ainda na esfera político-institucional, que cria condições necessárias para um novo grande acúmulo de capital.

A crise surge para as classes dominantes como uma possibilidade inesperada, não como uma ocasião para limitar o poder do capital e do neoliberalismo, mas prosseguir com sua trajetória de não limitar-se. E as últimas duas décadas, assinalam os indicativos da emergência da crise juntamente com o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital (NETTO, 2012).

Para alguns autores, como Mészáros (1998), vive-se na era de uma crise sem precedentes, e pela primeira vez na história, esta crise afeta todo o conjunto da humanidade, não pela crescente satisfação das necessidades humanas, mas pela expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder, tornando-a assim uma crise sistêmica do capital. Dessa forma, quando o curso da realidade histórica se mostra incapaz de atender satisfatoriamente aos requisitos do desenvolvimento capitalista é que ele reinventa o *modus-operandi* de organização do processo de exploração e acumulação de mais-valia.

Nas duas últimas décadas, pode-se dizer que o aprofundamento da crise se deu em meio a “crise das hipotecas *subprime*” em 2008, que iniciou nos Estados Unidos levando ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimentos, e se alastra afetando economicamente principalmente os países subalternos aos países imperialistas, como o caso dos países da América Latina, incluindo o Brasil. Essa sem dúvidas foi a mãe de todas as crises, que baliza um padrão de crises financeiras e que se tornam mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos. Para Harvey (2011) estas crises se referem a um projeto de classe, que surge na crise da década de 70. Esse projeto tem uma retórica a respeito da liberdade, autonomia, privatizações, livre mercado e livre comércio, dentre outras expressões, que estabelecem e consolidam o poder da classe burguesa e capitalista. Observa-se que vive-se em uma sociedade que, durante as duas últimas décadas, tem vivido uma crise permanente, e ao invés de ocorrer uma reviravolta², ou de exigir explicações enquanto classe, a crise é utilizada para justificar tudo, inclusive a retirada de direitos.

² Com reviravolta compreende-se a luta contra o capital e suas amarras. É a construção coletiva de uma afirmativa, uma revolução por outra sociedade sem classes e sem opressões, por uma transformação radical do atual modo de produção e reprodução social da vida, resultado de um processo histórico que se desenvolve dialeticamente.

Por isso é importante quando Harvey (2011) menciona que, o modo de gestão da política de crises é privatizar os lucros e socializar os riscos, salvar os bancos e colocar os riscos nas pessoas.

A crise sistêmica vai se manifestar envolvendo toda a estrutura da ordem do capital, compreendendo toda a totalidade social, e essas transformações societárias custam caro na vida da classe trabalhadora. Um exemplo disso no Brasil é o desemprego, que se apresenta como o principal impacto mais perverso e imediato da crise sistêmica, que hoje beira uma taxa de 13,5 milhões de brasileiras e brasileiros desempregados³, e 5,1 milhões de desalentadas e desalentados⁴ segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), que significa uma massa de trabalhadoras e trabalhadores excedentes, ou seja, um exército industrial de reserva⁵.

A crise do capital e a razão neoliberal, de certa forma, vão operar na mutilação da vida comum da classe trabalhadora, no trabalho e fora dele, e a tendência é que, as contradições e os conflitos que estavam em curso antes da pandemia se intensifiquem cada vez mais. Outro exemplo, é o forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social, e a mercantilização dos direitos sociais, que sempre são campos de tensões e disputas entre capital e trabalho. E nesse sentido, o discurso neoliberal é elemento constituidor dessa racionalidade. Para Dardot e Lavall (2016) o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos, ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades⁶. Isso também tem efeitos ontológicos na determinação e na produção do sofrimento da classe trabalhadora, e descobre que pode-se a partir de uma racionalidade, extrair mais produção da força de trabalho disponível e mais gozo do próprio sofrimento de uma população (SAFATLE, 2021). Ou seja, o único que não está em crise em nossa sociedade é a própria crise, que leva as pessoas a se enfrentarem entre elas, povo

³ A taxa de desemprego divulgada pelo IBGE, na verdade, é a taxa de desocupação, que se caracteriza pela porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. Dessa forma, essa taxa se refere a pessoas acima de 14 anos que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho, porém, de acordo com a metodologia da PNAD Contínua, universitários que dedicam seu tempo somente aos estudos, donas de casa que não trabalham fora, empreendedores, dentre outras, não se qualificam como desempregadas e desempregados (IBGE, 2021). Assim, se pensarmos pelo prisma que boa parte dessa população citada no exemplo acima está em situação de desemprego, ou que, a classe trabalhadora em situação de trabalho informal também é compreendida como desempregadas e desempregados, a taxa de desocupação seria muito maior.

⁴ Para o IBGE (2021) as desalentadas e os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém já não procuram mais trabalho.

⁵ Essa superpopulação relativa, representada por um exército industrial de reserva, é produto necessário da acumulação capitalista, disponível para ser explorado pelo capital, independente do aumento populacional.

⁶ Aqui, se pensa a subjetividade à luz das referências centrais deste trabalho citadas acima, que podem ser descritas como formas de comportamento, a forma das relações interpessoais, a ideia de competitividade, a luta econômica, da mesma forma, a ordem das relações sociais ordenadas a partir da lógica do mercado, regulando desejos, ideais e visões de mundo, ou de acordo com as explicações de Foucault em um curso "*Nascimento da biopolítica*" no Collège de France em 1978-1979, que diz "dos tipos de racionalidade que são empregados nos procedimentos pelos quais se dirige, através de uma administração de Estado, a conduta dos homens".

contra povo, em uma sociedade do medo, em que as pessoas são aterrorizadas com o discurso sensacionalista da possibilidade da perda do emprego, da cessação dos direitos, do fim dos serviços públicos, do “rombo” da previdência social, do déficit fiscal (CAVALCANTI, 2021).

Sob este viés da crise em cena e do neoliberalismo, que compreende-se como um “novo sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7), que começa a orientar os países capitalistas, com medidas de privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Frente ao exposto, o neoliberalismo:

têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2001, p.35).

Segundo Alves (1996), as políticas neoliberais e as transformações produtivas durante as crises, expressam a necessidade intrínseca do capital de impor controle sobre o trabalho, de anular o potencial do proletariado como sujeito social da emancipação humana. No mesmo sentido, o aumento da exploração e a agudização das opressões dando um sinônimo à crise, provando o fato de que o capital possui como lógica, a necessidade intrínseca de superexploração do trabalho (ALVES, 1995). Por isso, controlar o trabalho se torna tão importante para o lucro capitalista, o que explica o constante conflito entre capital e trabalho, porque existe uma necessidade na exploração do trabalho vivo para obter crescimento de valores. Reinventando-se a partir de novas formas de sociabilidade laboral, de trabalhos precarizados, da flexibilização do trabalho, ocorrida nas últimas duas décadas, sob o impacto do desemprego massivo, atingindo principalmente jovens, mulheres, negros e negras, imigrantes, a população LGBTQIA+, os setores que são hoje os mais vulneráveis da classe trabalhadora.

As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo (HARVEY, 2011). E nesse sentido, ela vai

manifestar claramente a tendência crescente à centralização da propriedade e da riqueza na mão de poucos, a existência de crescentes massas de população excedente para o capital e o aprofundamento dos processos de pauperização e de proletarianização de diversas parcelas sociais, com a conseguinte violação sistemática das garantias sociais conquistadas. Esses processos trazem implícito um processo de des-cidadanização [...] (SOTO, LIMA e TRIPIANA, 2016, p.50)

Não é por acaso que milhões de pessoas abandonam suas raízes, seus países e movem-se na busca de perspectiva de vida em outros países. Ao momento que a reestruturação produtiva se espalha e intensifica a miséria e a desigualdade por todo o planeta, surge uma crise migratória de populações com existências quase nômades, é uma luta desesperada pela sobrevivência, significando a fuga do desemprego, da fome, da pobreza e das demais adversidades econômicas e sociais decorrentes da exclusão, da opressão e da dominação colonial (CAVALCANTI, 2021).

É dessa maneira que o capitalismo continua a explorar os trabalhadores por meio da articulação de todas as formas de trabalho e seus mecanismos de dominação. Na crise, surgem novas reinvenções da acumulação primitiva por meio da política de quem deve viver e quem deve morrer, por meio da apreensão de terras, da expulsão de camponeses e indígenas de suas terras, da devastação ambiental, dentre tantas outras expressões que marcam uma:

eterna renovação do colonialismo, que, com velhos e novos disfarces, revela o mesmo impulso genocida, a mesma sociabilidade racista, a mesma sede de apropriação e violência contra recursos considerados infinitos e contra pessoas consideradas inferiores e até não-humanas (SANTOS, 2017 apud CAVALCANTI, 2021, p.168) .

Nessa perspectiva, a receita da crise do capital e o neoliberalismo têm sido prósperos no objetivo do projeto de privilegiar os interesses das classes dominantes, consolidar o capitalismo e legitimar a ordem social burguesa. Mas diferente da perspectiva hegeliana, a nós não basta apenas analisar e idealizar. A compreensão destes pontos críticos da esfera política da luta de classes, pode e deve auxiliar na contribuição do pensamento crítico, na reinvenção das formas de luta e na superação desse modo de produzir e reproduzir da vida social. Para tanto, no subitem a seguir pretende-se tecer alguns apontamentos referente às metamorfoses do capital durante uma crise sanitária, como forma de melhor expor os processos do modo de produção capitalista que geram redimensionamentos na vida social.

2.2 PARA ALÉM DO CORONAVÍRUS: UMA PANDEMIA EM MEIO A UMA CRISE

Este subitem compreende uma breve contextualização acerca da pandemia da COVID-19, que expõem as contradições, debilidades e incapacidade do capitalismo - em processo de crise e de acumulação - em satisfazer as necessidades humanas mais básicas. Não há dúvidas de que a população pobre e extremamente pobre foram e ainda são as mais afetadas em virtude da conjuntura brasileira. Uma realidade de aumento do desemprego, da desestruturação da política de Seguridade Social Brasileira, vulnerabilidade econômica gerada pelo mundo do trabalho, e do aumento dos

preços de serviços básicos e fundamentais, como água, luz, gás e alimentação. Foi em este cenário de avanço do neoliberalismo e da barbárie social que chegou ao país o Covid-19.

Em 2020, no decorrer de uma crise capitalista, uma pandemia, que inicia-se na China, e se alastra por todo o mundo em poucos meses, ou seja, o vírus SARS-COVID-19. Os casos do vírus que inicialmente pareciam isolados na Ásia, romperam com as fronteiras, e multiplicaram-se em diversos países, instaurando uma crise sanitária global. E por mais que no Brasil ainda não existiam casos confirmados, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara emergência global.

[...] as primeiras medidas visando obstar o curso da doença começaram a ser divulgadas. Fronteiras de países vizinhos à China começaram a ser fechadas, com controle de viajantes procedentes do país, quarentenas de passageiros e de navios inteiros. As imagens de cruzeiros com milhares de pessoas impedidas de desembarque, obrigando a convivência de não infectados e doentes, favorecendo a contaminação, remetiam às naus “dos loucos” e “dos miseráveis”, de que nos fala Foucault. Os indesejáveis da época moderna foram condenados a ficar à deriva, transformados em ameaçadores turistas doentes e suspeitos. Companhias aéreas suspenderam voos para a China. Países orientavam a evacuação de seus cidadãos, montando operações de resgate em áreas atingidas pela doença. As máscaras tomaram as escolas, o comércio, os transportes, os parques, as cidades na Europa. As ruas começaram a esvaziar-se, e iniciou-se o isolamento social, quarentena (MARQUES; SILVEIRA, PIMENTA, 2020, p. 230 a 231).

No Brasil, o primeiro caso da doença foi confirmado em 25 de janeiro de 2020, era também o primeiro caso do vírus na América Latina. Aponta-se aqui, uma importante passagem sobre esse momento histórico mundial:

[...] a vida em praticamente todo o planeta foi alterada: o ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite. No mercado financeiro, as bolsas derreteram com o horizonte de crise econômica projetado e embates entre autoridades do governo e da saúde pública foram expostos aos holofotes (MARQUES; SILVEIRA, PIMENTA, 2020, p. 227).

Apesar do presente trabalho não objetivar aprofundar-se especificamente nas medidas tomadas pelo atual governo de Jair Messias Bolsonaro e seus contornos inéditos durante a pandemia no Brasil, mas sim o impacto deste episódio histórico e mundial na vida de famílias beneficiárias de programas sociais, em específico as beneficiárias do Programa Bolsa Família, se vê a importância a partir de um compromisso histórico e ético deste trabalho dar luz a alguns desdobramentos que o Brasil passou durante a pandemia.

Ainda assim, destaca-se que existem muitas análises importantes sobre essa conjuntura de crise sanitária, que ainda está em curso. Em setembro de 2021, quando foram escritas as primeiras páginas deste trabalho, mantinha-se uma queda nos indicadores da pandemia, de redução dos

números de casos e óbitos diários, da mesma forma que a vacinação da população brasileira crescia⁷, porém este cenário permanecia crítico, com novas variantes que exigem atenção. O Brasil acumulava mais de 580 mil óbitos e com média de 621 óbitos por dia, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021). No Rio Grande do Sul, eram mais de 34 mil óbitos, com mais de 1 milhão de casos confirmados⁸. Em Novo Barreiro, cidade onde realizou esta pesquisa e compreende este estudo, cidade com mais de 3.900 habitantes (IBGE, 2010) obteve 23 óbitos pelo vírus do Covid-19 e mais de 800 casos confirmados⁹. Hoje, em janeiro de 2022 quando estão sendo escritas as últimas páginas deste trabalho, cresce novamente os indicadores da pandemia, com um cenário crítico no contexto da variante Ômicron, porém com a certeza da efetividade da vacina na redução de casos mais graves da doença e de mortalidade. O Brasil acumula hoje mais de 624 mil óbitos e mais de 24 milhões de casos¹⁰ e em janeiro de 2022 registra 78,8% da população vacinada com a primeira dose e 68% totalmente imunizada (com duas doses ou dose única)¹¹. No Rio Grande do Sul, são mais de 36 mil óbitos, com mais de 1 milhão e 700 mil casos confirmados¹². Em Novo Barreiro, por falta de informações, não foi possível encontrar dados atualizados referentes ao COVID-19. Nesse mesmo sentido, em janeiro a Fiocruz (2022, p. 1) lançou uma Nota Técnica:

[...] as taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS continuam a mostrar um quadro de piora no país, apesar de estar claro que o cenário com a vacinação é muito diferente daquele observado em momentos anteriores mais críticos da pandemia, nos quais se dispunha de muito mais leitos. O que se coloca é que, com a elevadíssima transmissibilidade, mesmo uma proporção muito menor de casos gerando internações em UTI incorre em números expressivos. Pessoas que já receberam a dose de reforço são pouco suscetíveis a essas internações, embora comorbidades graves ou idade avançada possam deixá-las vulneráveis. Entretanto, há ainda uma proporção da população que não recebeu o reforço e assim fica mais suscetível a formas mais graves da infecção com a Ômicron e, principalmente, há uma parte da população não vacinada, muito mais suscetível. Em pleno verão, são comuns os registros de aglomerações, a negligência com o uso de máscaras de boa qualidade, bem como o desrespeito à necessidade de isolamento por tempo adequado na ocorrência ou suspeita de ocorrência da infecção.

Desde então, é possível observar e analisar o horror e o fracasso do governo brasileiro em conter a pandemia, que virou cena de uma disputa político-ideológica entre governadores, o governo federal e sua base aliada, e a oposição. A posição de negação dos dados concretos e científicos em

⁷ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-extraordinario-do-observatorio-covid-19-6-de-outu-bro>. Acesso em 06 out. 2021.

⁸ Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em 10 de jan. de 2022.

⁹ Disponível em: <http://www.novobarreiro.rs.gov.br/portal/?mn=noticia&id=847>. Acesso em 02 de set. de 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contra-covid-19>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

¹² Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

meio à crise instaurada, feita pelo presidente que assumiu um discurso negacionista, esbravejando “Chega de frescura. Onde vai parar o Brasil se nós pararmos? A vida tem que continuar” (BRANDT; CISLAGHI, 2020, p. 159) enquanto milhares de trabalhadoras e trabalhadores se viram expostos ao vírus sem nenhuma garantia das condições mínimas de vida e de sobrevivência.

Segundo Calil (2021) os governos não consideraram impor medidas que fossem mais severas, no que tange a pandemia, em detrimento da acumulação capitalista, pretendendo evitar o acirramento da crise mundial. No Brasil, o presidente Jair Messias Bolsonaro não seguiu nenhuma das orientações recomendadas pelas organizações mundiais, muito pelo contrário, banalizou e naturalizou a pandemia e ações relacionadas a diminuição do contágio pelo vírus, assumindo um discurso e postura de total negacionismo, além de demissões envolvendo ministros e censura de dados governamentais - com a justificativa de que estes dados trariam um desespero na população -. É de conhecimento generalizado sua afirmação irresponsável de que se tratava apenas de “uma gripezinha”. Não é por acaso que em janeiro de 2021, um estudo produzido pela Lowy Institute da Austrália para analisar a reação dos países à COVID-19, avaliou o Brasil com pior desempenho, e que no ranking se encontra em último lugar de 98 países¹³.

No dia 2 de abril de 2020 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.982, que dispõe sobre a concessão de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para trabalhadores informais e autônomos de baixa renda. O Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020, prorrogou o Auxílio Emergencial por 2 meses, a ser pago em agosto e setembro e, o Decreto nº 10.488, de 16 de setembro de 2020, prorrogou novamente a concessão do benefício, que passou a ser de R\$ 300,00, a ser pago nos meses de outubro, novembro e dezembro (SILVA, 2020). O Auxílio Emergencial se inseriu no âmbito da Assistência Social, e apesar de todas as críticas que diversas autoras e autores trazem a respeito deste tema, cabe pontuar que somente no primeiro dia de cadastramento no Auxílio Emergencial mais de 26 milhões de pessoas haviam se inscrito para receber o benefício¹⁴, mostrando as faces da superexploração da força de trabalho e da tremenda desigualdade que o país se encontra, para além de que os impasses e a negligência do governo Bolsonaro em garantir que o auxílio chegasse a quem precisava com urgência, demonstra a chantagem em torno das condições de sobrevivência da classe trabalhadora, e também que, políticas focalizadas como o Auxílio

¹³ Disponível em: <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/>. Traduzido pelo autor. Acesso em: 27. de jan. 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/08/266-milhoes-ja-se-cadastraram-para-receber-o-auxilio-emergencial-de-r-600.ghtml>. Acesso em: 28 de jan. 2022.

Emergencial, não conseguem mais responder às contradições resultantes do projeto neoliberal (SILVA, 2020).

A pandemia evidenciou que o tecido social brasileiro já estava roto. Yazbek, Raichelis e Sant’Ana (2020) indicam que o “(des)governo federal vem assumindo o projeto ultraliberal conservador e obscurantista”, que afeta sem dúvidas, a classe trabalhadora – sobretudo a mais empobrecida e desprovida de direitos trabalhistas –. Como ressalta Boaventura Souza Santos (2020, p. 26) referindo-se aos governos de extrema-direita:

[...] falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para fazer chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis (...). Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento.

Trazendo à cidade da qual este trabalho se propõe a analisar, constata-se que a população da cidade de Novo Barreiro, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, é uma população em sua maioria rural (67%), com 1.615 pessoas cadastradas no Cadastro Único, para além de, uma estimativa de mais de 463 pessoas com perfil de Cadastro Único, que ainda não estão cadastradas, segundo o Relatório de Programas e Ações (2021). Dessa forma, conclui-se a partir dos relatórios disponíveis no Ministério da Cidadania que mais da metade da população de Novo Barreiro sobrevive com uma renda abaixo de 3 salários mínimos, e mais de 500 pessoas em situação de extrema pobreza. A partir desse paralelo, é importante discutir esses tensionamentos gerados pelo surto da crise sanitária, determinado pela lógica da crise capitalista, pela face neoliberal dos recentes governos brasileiros de Michel Temer - a partir do golpe em 2016 sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff - e Jair Bolsonaro, que ressalta a agudização da divisão de classes e as profundas mazelas do capitalismo dependente.

Esses desdobramentos aprofundam a questão social¹⁵, um ambiente destrutivo dos direitos sociais, de criminalização dos movimentos sociais e avanço do conservadorismo. Apesar de ter um impacto global, a pandemia afetou de diferentes maneiras determinadas populações em determinados países. Nesse contexto em Novo Barreiro - RS, não há dúvidas de que as pessoas mais afetadas pela pandemia - que a partir dos dados demonstrados acima se caracterizam grande parte da população -, encontravam-se imersas em um processo de desproteção social, gerados pelo

¹⁵ A categoria questão social será discutida e aprofundada no subitem a seguir.

desmante e o desfinanciamento contínuo que sucediam na política de Assistência Social, de Saúde e Previdência Social. Uma pandemia de saúde com reflexos diretos no contexto sócio-político-econômico, que afeta diretamente as condições de reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora, na alimentação, moradia, transporte, saneamento básico, retornando e aumentando a realidade em que essas pessoas morrem devido às condições sócio-humanas ou estão relegadas novamente a caridade, a ajuda, e a benevolência.

Por conseguinte, deixa-se um questionamento para elucidar e auxiliar nas reflexões da última leitura, e também do próximo subitem: quais foram as populações mais afetadas pela pandemia ao relento do decorrer da crise e da agenda neoliberal, e por quê estas populações?

2.3 A AGUDIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES (RE)ATUALIZADAS

Guedes no Paraíso e o povo no inferno. Guedes lucra com a fome!

Pixação no Brasil,

feita à fachada do Ministério da Economia em 2021

pelo Movimento de Trabalhadoras Rurais Sem Terra.

A crise do capital tem refrações diretas sobre a questão social, e nesse sentido, compreender os desdobramentos sociopolíticos que emergem na atualidade a partir da pandemia do covid-19 se torna importante para ter-se uma dimensão do impacto desse período histórico na vida das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família em Novo Barreiro/RS.

O conceito de questão social permite reconhecer as contradições existentes no tecido da sociabilidade capitalista e nas mediações entre indivíduo e sociedade. A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de Carvalho e Iamamoto (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Portanto, a questão social é uma categoria importante, fruto da contradição presente no modo de produção capitalista - um terreno entre a lógica do capital e a lógica do trabalho -, que se apropria

de maneira privada da riqueza, enquanto a produção desta determinada riqueza é coletiva, porém permanece nas nas mãos da classe detentora dos meios de produção.

Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não tem caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas condições só geram a riqueza burguesa, isto é a riqueza da classe burguesa, com a destruição continuada de membros que integram essa classe e com a formação de um problema cada vez maior. (MARX, 2001 apud SANTOS, 2012, p. 27).

Neste sentido, o conceito de questão social tem sua gênese na “lei geral de acumulação capitalista”, abordado por Marx, que explica o processo de acumulação ou reprodução do capital. Esse processo de acumulação capitalista produz uma população que segundo Marx (2018) “ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”, ou como mencionou-se no subcapítulo acima, de exército industrial de reserva. Em vista disso, gera aumento e aprofundamento da miséria, de “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (IAMAMOTO, 2007) que se dá, ao inverso da produção de riquezas.

Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 2018, p. 756).

Durante a crise, as expressões da questão social¹⁶ adquirem maior visibilidade, indicando as tensões e desigualdades sociais existentes na sociedade. Nessa mesma perspectiva, é na expressão dos antagonismos sociais que a questão social também resulta em processos de rebeldia e resistência, por envolver sujeitas e sujeitos que ao vivenciar as desigualdades, contra ela lutam e se opõem, e do mesmo modo, possuem um papel fundamental na consolidação de direitos mínimos para sua sobrevivência. Iamamoto (1988, p. 28) vai chamar de “tensão entre produção da desigualdade e produção da resistência e rebeldia”. Dessa forma, não há dúvidas de que a crise permanente e estrutural do capitalismo e a pandemia do novo coronavírus vem para intensificar e agudizar ainda mais a questão social.

¹⁶ Não é possível enxergar a categoria questão social, mas as suas expressões fazem parte do cotidiano no modo de produção capitalista: o desemprego, o racismo, a LGBTfobia, analfabetismo, o sofrimento psíquico, as crises migratórias, a fome, as favelas, a violência, e tantas outras expressões que emergem do real, impulsionadas e agudizadas pelas classes dominantes, que lucram em cima da discriminação, das desigualdades e da exclusão social. Os processos de resistência às desigualdades colocadas também são parte da questão social. (IAMAMOTO, 2001).

As conquistas e os avanços sociais alcançados estão sendo devastados pela avalanche neoliberal e pelo advento da pandemia no mundo inteiro. O desemprego e a precarização no trabalho aumentaram, a maior média desde 2012, a terceirização fez com que os salários se tornem mais baixos, e os direitos sociais cada vez mais focalizados e seletivos (ANTUNES, 2001). Pontua-se ainda que, o crescimento da ocupação laboral vem acontecendo de forma mais intensa nos setores informais, segundo a PNAD Contínua, no terceiro trimestre do ano de 2021, na comparação interanual, o número de trabalhadores sem carteira e por conta própria registraram alta de 23,1% e 18,4%, respectivamente, enquanto os empregos com carteira assinada apresentaram um desempenho mais moderado (8,6%).

Um terreno fértil do neoliberalismo, principalmente se pensar essa realidade à luz da Emenda Constitucional 95, que só fez agravar, fragilizando o já precário funcionamento do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, da Previdência Social, ou seja, exatamente um forte ataque e desestruturação às políticas de Seguridade Social, que foram linha de frente no suporte e assistência às populações no contexto da pandemia.

O Brasil possui delineamentos econômicos heterogêneos e grandes desigualdades no acesso a bens e serviços, em especial aos serviços de saúde, o que contribui para maior quantitativo de casos da Covid-19 e diferentes maneiras de experimentar a pandemia entre os coletivos populacionais. Em um estudo realizado recentemente que analisa os indicadores sociodemográficos demonstrou que a pandemia da Covid-19 tem desencadeado múltiplos efeitos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (BARBALHO et al, 2021), e que a incidência da doença além de estar relacionada a maior vulnerabilidade social e a renda per capita baixa, apresenta o nível de instrução da população como potencializador da disseminação do vírus (SOUZA et al., 2020; WOLLENSTEIN-BETECH et al., 2020). Esses apontamentos evidenciam como as desigualdades socioeconômicas como também de gênero, raça, dentre tantas outras frações da sociedade podem influenciar não apenas a propagação dos casos, mas nas mortes por covid, como também na capacidade dos territórios reagirem, de forma adequada, à crise sanitária.

O parágrafo acima revela que a emergência sanitária causada pela pandemia vem juntar-se a muitas outras emergências vivenciadas pela classe social mais pobre e grupos sociais marginalizados e vulneráveis, que vivenciam todas as dimensões da condição humana com maior vulnerabilidade, e por isso são alvos mais fáceis de um vírus. Os primeiros casos de Covid-19 no Brasil ocorreram nas classes mais abastadas - moradores de grandes centros urbanos que regressavam de viagens ao exterior - porém rapidamente afetou as classes sociais mais pobres, sobretudo moradores das periferias das grandes cidades, expandindo-se para as áreas rurais do país,

afetando populações com dificuldade no acesso aos serviços de saúde e saneamento básico, assim como precárias condições habitacionais.

No entanto, “o país já vinha em uma escalada de acirramento de suas contradições mais profundas, decorrentes da crise do capital, agravada pela guinada à direita no âmbito da política, cuja objetivação mais eminente foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o governo federal em 2018” (YAZBEK et al., 2021). Porém, isso se adensa com a pandemia e o número exorbitante de óbitos devido ao Covid-19, e as perversas estratégias do governo federal, que em sua maioria adotou uma postura negacionista em relação ao vírus e à ciência.

A história tem nos mostrado que a capacidade individual e coletiva de se proteger contra a devastação das epidemias variam significativamente entre as classes e grupos sociais. Da peste bubônica no século XIV à Covid-19 no século XXI, as classes sociais mais pobres e os grupos sociais marginalizados têm sido os mais atingidos devido às más condições de vida dessa parcela da população (SILVA, 2021, s/p).

Por conseguinte, esse capítulo evidenciou como a crise estrutural do capital, os processos de exploração e expropriação da força de trabalho estão cada vez mais complexos e profundos. As bases importantes que permitem a reprodução da classe trabalhadora são captadas pelo modo de produção hegemônico e pela lógica neoliberal, resultando em um aumento imensurável da pobreza, da miséria, da desigualdade, e de tantas outras expressões da questão social.

3. O CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: AVANÇOS E RETROCESSOS

O terceiro capítulo busca interpelar as discussões referentes ao Estado e o seu papel determinante na consolidação das políticas sociais, além da trajetória da política social no Brasil e a construção dos direitos sociais. Por conseguinte, contextualiza a Política Nacional de Assistência Social e os fundamentos históricos do Programa Bolsa Família, compreendendo os limites e as contradições das políticas sociais e dos direitos sociais no modo de produção capitalista.

3.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A política social - herdada do modo de produção capitalista (ou de modos de produção divididos em classes) - é um tema contemporâneo, e para adentrar nesta discussão, se vê a necessidade de compreender os contornos da política social com bases no social e no histórico, porque tem sua gênese construída nas mobilizações das classes operárias a partir das revoluções

industriais no século XIX. Por essa perspectiva, Potyara A. P. Pereira (2011, p.28) vai descrever a política social como “componente ou produto de uma velha e conflituosa relação entre Estado e sociedade” e que “vai sempre lidar com interesses opostos, já que ela resulta da pressão simultânea de sujeitos distintos”.

É nesse sentido, que quando se pensa ou se fala em política social muito se remete ao *Welfare State* ou “Estado de Bem-Estar Social”, adotado no século XX após a Segunda Guerra Mundial. Surge em contraponto ao aumento dos conflitos sociais da época, e seguido por uma ampliação gradual de direitos sociais, visto que a economia no pós guerra entrava em declínio, que tornou necessário um conjunto de intervenções estatais que permitiram a aprovação de diversas legislações sociais e a expansão do *Welfare State*. Ou seja, um modelo estatal de interferência na economia de mercado, que fortalece e expande o setor público, que da mesma forma, implanta e gere sistemas de proteção social (POTYARA, 2011). Esse modelo expressa um pacto entre capital e trabalho: “comprometendo-se o primeiro a instituir uma sociedade de pleno emprego e de bem-estar social e o segundo a abdicar do ideal revolucionário, para permitir a paz social necessária à florescência dos anos gloriosos” (SILVA, 1997, p. 16).

Porém, a política social e *Welfare State* não são, o que Potyara (2011, p. 28) vai chamar de “fenômenos equivalentes”. Isso se dá, pelo fato do modelo de Estado de Bem-Estar Social ter uma condição de fenômeno histórico específico das dinâmicas capitalistas pós Segunda Guerra Mundial, ao contrário da política social, que contém perfil de relação entre Estado e sociedade, que antes não existiam, marcadas por mudanças estruturais e políticas, que produzem novas correlações de forças e interesses, e de conquistas de classe (MISHRA, 1991). Behring (2009) aponta que no Brasil esses processos compreendem configurações particulares, considerando que não se teve situação de pleno emprego, mas sim crise do Estado desenvolvimentista, que ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, e nunca chegou à sombra do pleno emprego, do pacto social-democrata e do *Welfare State*.

Com isso, fica evidente que a política social tem suas características próprias, e procura satisfazer necessidades sociais, mas sem deixar de atender “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio” (CASADO apud PEREIRA, 2008, p.27) da burguesia, ou como também podemos dizer, a classe detentora dos meios de produção. Isso constitui a política social como detentora de um caráter dialeticamente contraditório, com limites e possibilidades no âmbito da luta de classes.

Para além de ser uma *disciplina* ou uma *política de ação*, a política social é contemplada conceitualmente como um tipo, dentre outros, de política pública, e que

ambas as designações (política social e política pública) são *policies* (políticas de ação) [...], só que a política social é uma *espécie* do *gênero* política pública. [...] requerem a participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltados para a satisfação de necessidades sociais (PEREIRA, 2011, p. 173).

Portanto, toda política pública incumbe o Estado na garantia de direitos, mas compromete também a sociedade na defesa da institucionalidade e integridade dessa política. Nesse viés, antes de aprofundar o debate acerca da política social no Brasil na construção dos direitos sociais, compreende-se a importância de realizar apontamentos referentes ao Estado e o seu papel determinante na consolidação das políticas sociais.

O Estado é um fato histórico e relacional, e seu conceito é amplo e complexo. É um campo de conhecimento que diversos autores contêm divergências de definições, e por isso, quando se pensa o Estado é necessário especificá-lo, porque existem diferentes modalidades e configurações de compreensões e formas de percebê-lo. O Brasil é um exemplo disso, basta analisar a história do país, onde houve momentos sob domínio de um Estado totalitário, e em outros momentos, um Estado democrático de direito, ou até mesmo neoliberal. Línara (2010) vai assinalar que o conceito de Estado está para além da política, uma vez que a sua lógica está posta em torno da problematização de vários aspectos, inclusive, na correlação de forças entre Estado e sociedade. Antes de mais nada, faz-se importante a análise transversal para pensar o Brasil e o Estado nos países latino-americanos de capitalismo dependente, como denomina a Teoria Marxista da Dependência (TMD), em que as economias se encontram forçadas na necessidade de intensificar a transferência de valor para os países imperialistas, tendo a superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação (MARINI, 2005), e essa concepção é ainda agravada pela crise do capital.

A história da América Latina é marcada pela colonização, genocídio, mas também de muita resistência dos povos latino-americanos. À vista disso, a TMD surge como um arcabouço teórico, no sentido de repensar as relações econômicas internacionais entre centro-periferia na ordem do capitalismo dependente, que compreende a América Latina como região periférica desta ordem de subjugação à economia imperialista. Mas não somente isso, é refletir de que forma essa organização mundial do capitalismo penetra a própria vida econômica, política e social interna dos países latino-americanos¹⁷. Isso se torna mais nítido ao olhar criticamente a realidade latino-americana e a submissão aos países imperialistas nos últimos anos, que escancara a barbárie em curso com avanços

¹⁷ Indica-se as produções de Clóvis Moura para quem queira aprofundar-se nas discussões da TMD. Clóvis Moura teve contribuições importantes para o marxismo e na compreensão da formação sócio-histórica do Brasil e América Latina.

de políticas neoliberais, do conservadorismo reacionário e o afunilamento da luta de classes. É nesse sentido que Florestan Fernandes (2009, p.34) expõe:

os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento nos estágios avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimentos são um bom negócio para os dois lados. Entretanto, sob as condições históricas atuais, o novo padrão de imperialismo e a hegemonia dos Estados Unidos colocam uma questão dramática: podem os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?

O fato de que, nos países subdesenvolvidos, como no caso dos países da América Latina, o estado de exceção se torna democracia, e o estado “normal” refere-se aos regimes políticos de legitimidade restrita, e ainda acrescenta-se

[..] no contexto do sistema interestatal mundial, o Estado dependente configura-se como um Estado subsoberano, em que o poder estatal se subordina a outros poderes estatais, como se pode perceber na incorporação de políticas neoliberais de cortes drásticos de recursos e ajustes fiscais permanentes, intensificados no contexto da crise contemporânea do capital (OSÓRIO, 2017, p. 47).

Sob essa perspectiva, “uma das principais razões pelas quais, na história política dos Estados latino-americanos, verifica-se a tendência ao predomínio de diversas formas autoritárias” (OSÓRIO, 2017, p. 48), demonstrando que a dificuldade de desenvolvimento nos países latino-americanos tem relação direta com o racismo, com o colonialismo, e também com as formas particulares de reprodução do capitalismo dependente.

Sendo assim, é possível afirmar que o Estado tem um caráter contraditório e dialético, porque embora assuma o interesse da classe dominante para manutenção da ordem, também responde às exigências da classe trabalhadora. Disso decorre a compreensão de Estado para Poulantzas (1978, p. 148) que o define como a condensação de relações de forças ou, mais precisamente, “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”. Outro elemento que Poulantzas destaca, é o poder de classe, e que

essas relações de poder, lastreadas na produção da mais-valia e na ligação aos poderes político-ideológicos, materializam-se nas instituições-aparelhos específicos que são as empresas-fábricas unidades de produção, lugares de extração da mais-valia e de exercício desses poderes (1985, p. 41).

Trata-se dos aparelhos repressivos, como por exemplo, o exército, a polícia, as prisões, os manicômios, etc. Da mesma forma, os aparelhos ideológicos, em outros exemplos, a escola, a religião e as igrejas, a mídia, os partidos, os sindicatos, etc.

Em Marx, o Estado tem o mesmo sentido em qualquer regime como um instrumento de dominação e de manutenção da estrutura de classes, e reprodução do sistema capitalista (PEREIRA, 2011, p. 128). Quando escreveu o Manifesto Comunista (2019, p. 27), afirmou que o Estado não representa o interesse de todos, mas sim de uma classe específica, ou seja, consiste em um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”, ainda afirma que, “o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominantes fazem valer seus interesses comuns”. Assim, para a teoria marxiana de Estado presente em Pereira (2011, p. 104)

este seria um elemento da superestrutura e, como tal, um fenômeno transitório. Assim, da mesma forma como o Estado não existiu nas sociedades primitivas, quando não se conhecia a divisão do trabalho e a estrutura de classes, ele deixaria de existir numa sociedade comunista futura quando novamente estaria ausente a divisão de classes sociais. Sendo assim, o Estado só seria necessário onde uma classe dominante, possuidora dos meios de produção (proprietários de escravos, senhores feudais e capitalistas) se apropriasse do produto do trabalho da classe explorada (escravos, servos da gleba e proletários). Aí o Estado funcionaria como um aparato coletivo e, portanto, um instrumento de reprodução das relações dominantes.

Tal compreensão, portanto, traz a ideia central de que a política social relacionada a um Estado ativo, não promove emancipação de quem esteja em posições socialmente desiguais, em outras palavras, não produzem melhorias estruturais das condições humanas, especialmente das camadas mais pobres, como os beneficiários e as beneficiárias do Programa Bolsa Família no que tange a superação da pobreza, por exemplo. Pelo contrário, a política social executa um meio para manter a desigualdade e permanecer a dominação do Estado como um instrumento da classe burguesa. Não afetam, absolutamente, a estrutura de classe da sociedade capitalista, elas ainda oneram a classe trabalhadora, já que são em grande parte financiadas por essa classe (SAVILLE, 1996).

Contudo, Marx (1975) explicita que o Estado é necessário no movimento histórico que conduzirá a uma sociedade sem classes. De certa forma, é um paradoxo compreender que para a possibilidade de superação do Estado, ele deve existir, garantindo a reprodução ampliada do capital e contribuindo para a sua deterioração do modo de produção capitalista e por conseguinte do Estado.

Na análise realizada até aqui, evidencia que o Estado tem configurações distintas no contexto da crise do capital, no que se refere às políticas sociais e aos direitos sociais. Essa conjuntura acirra-

se com a ascensão de políticas ultraliberais e neofascistas. Mascaro (2018, apud MENDES e CARNUT, 2020, p. 185) vai

argumentar criticamente o caráter ideal do direito pela própria esquerda, ao entender que é impossível o capitalismo instituir o direito como aspecto benéfico perene, posto que integra a relação estrutural entre ele e a reprodução do capital. Tal reflexão adquire força, especialmente, no capitalismo contemporâneo em crise, em que se presencia, pela dinâmica do capital, a destruição dos direitos sociais, em geral, e da saúde, em particular, isto é, sua crise da forma direita.

No que concerne à política social, na construção dos direitos sociais no Brasil, apresenta-se como expressões da correlação de forças e lutas na sociedade civil, fruto de uma dinâmica social, e de atores relacionados diretamente com as conjunções no econômico, político, histórico e social do país. A origem da política social está relacionada, como abordado no início do capítulo, com as movimentações sociais e a formação dos Estados-nação na Europa Ocidental no final do século XIX, no Brasil, essas discussões emergem no final da República Velha no século XX conquistando espaço no período de Getúlio Vargas - como a criação do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) -, mas se aprofundam na crise dos anos 80 marcadas pelo fim da ditadura e da redemocratização do país.

No Brasil, e em outros países da América Latina, ocorrem tramas distintas do que ao norte do globo. A implementação das políticas sociais ao sul do globo tem como objetivo minimizar os impactos da questão social, ou de suas expressões, que ocorrem a partir de ações paternalistas do Estado para inibir revoltas sociais e legitimar uma demagogia. É o que Faleiros (1991, p. 28) demonstra,

Nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categoriais”, isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas) desnutridas (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de programas criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Na América Latina, há grande diversidade na implantação de políticas sociais, de acordo com cada país.

Em Montaño (2007, p. 39) está expresso que as políticas sociais surgem como “instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora”. Pode-se dizer então que não existe política social desvinculada das lutas sociais. O Estado, de certa maneira, vai assumir algumas das reivindicações populares ao longo da história, um exemplo disso são os direitos sociais, como saúde, educação, trabalho, habitação e outros. E a partir de Faleiros (1991, p. 8), busca-se elementos teóricos que traduzem:

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Apesar do conteúdo contraditório das políticas sociais demonstradas acima, também devem ser compreendidas como necessárias para a sobrevivência da classe trabalhadora. É a partir das políticas sociais que a classe trabalhadora se reproduz - mesmo que minimamente - em necessidades mínimas para a reprodução de suas condições de vida. São ainda essenciais, mas não suficientes.

Um nítido exemplo do que se discute neste capítulo, se refere aos anos 80, onde o Brasil passou por uma grande expansão dos movimentos sociais populares - como o movimento da reforma sanitária e da reforma psiquiátrica -, que contribuiu para a construção de avanços na legislação brasileira no que toca aos direitos sociais. É fato que a Constituição Federal de 1988¹⁸ traz alguns parâmetros de equidade e direitos sociais universais,

consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores (PIANA, 2009, p. 39)

Além disso, é só a partir da Constituição Federal de 1988 que a Seguridade Social se robustece como um direito, compreendida como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, p. 103). Configurando-se assim o tripé da Seguridade Social, saúde, previdência e assistência social, porém

apesar de ter um caráter inovador e intencionar compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). [...] aquelas diretrizes constitucionais, como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração, não foram totalmente materializadas e outras orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado (BOSCHETTI, 2009, p. 8)

Embora na época o Brasil estivesse passando por um momento intenso de aprofundamento das desigualdades sociais, também foi um momento marcado dialeticamente por conquistas com

¹⁸ Neste trabalho não será realizado um aprofundamento nas leis históricas que compreendem a construção dos direitos sociais brasileiros, mas ressaltar a sua importância na trajetória para tal.

viés democrático sem precedentes na história da política brasileira. Além disso, a política social está relacionada intrinsecamente com a evolução do capitalismo - em crise - e nesse sentido, são definidas e muitas vezes operacionalizadas a partir de um projeto neoliberal, de reformas neoliberais, privilegiando as privatizações e desmontes, que impactam diretamente na política de Seguridade Social, na mercantilização da política de saúde, na focalização dos programas sociais, no subfinanciamento de algumas políticas, dentre tantos outros exemplos.

Dessa forma, vai muito além de pensar no viés de legislação e os seus determinados limites, é tarefa compreender a lógica da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas metamorfoses, suas correlações de forças, seus impasses e seus conflitos, defender as políticas sociais, para poder lutar pela garantia e ampliação dos direitos sociais, como uma estratégia política no fortalecimento enquanto classe trabalhadora, que está imersa nessa mediação fundamental na conquista e construção da emancipação humana.

3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

A Política Nacional de Assistência Social surge no marco da Seguridade Social no Brasil pós Constituição Federal, em 07 de dezembro de 1993. Esse contexto social e político da Constituinte, que resultou em fortes mobilizações sociais por reformas no Estado brasileiro, alcançaram prerrogativas cidadãs e processos de democratização. Essas inovações relevantes para a cidadania brasileira emergem, com o acesso à saúde passando a ser universal, a assistência social como política pública e não mais assistencialismo, e a previdência social, que seguiu como seguro social, mas passou a oferecer uniformidade e equivalência dos benefícios e irredutibilidade dos mesmos (FLEURY, 2003).

Podemos dizer que, esses movimentos na década de 70, 80 e 90, construíram outro patamar de reconhecimento da cidadania de grupos sociais vulnerabilizados e marginalizados, e dessa forma que hoje entende-se a cidadania como o “processo de desenvolvimento dos direitos sociais no interior da sociedade capitalista” (MARSIGLIA, 1987), compreendendo os limites e as contradições das políticas sociais e dos direitos sociais no modo de produção capitalista.

A história da Assistência Social no Brasil foi constituída por práticas de caridade, pelo conservadorismo, clientelismo, de benevolência e assistencialismo, ao negar o papel do Estado na mediação legal e política da questão social. Até a década de 1930 no Brasil ocorria uma grande isenção do Estado no que se refere a intervenção com famílias que não possuíam condições individuais de reprodução da vida, e em muitos casos eram relacionados como “desvios morais”,

“vagabundagem” e casos de polícia¹⁹. Em 2004, criou-se a Política Nacional de Assistência Social, junto da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constituindo um marco importante na implementação da proteção social brasileira e de garantir a Assistência Social como uma política de direito, que compreende a Seguridade Social, muito embora contrária da saúde, que é universal, e da previdência, que é contributiva, a Assistência Social está para quem dela precisar (BRASIL, 1988). Portanto,

A inclusão da assistência social como política pública consolida a ideia de que o Estado deve colocar-se como responsável pelo enfrentamento da vulnerabilidade social de grupos anteriormente excluídos do sistema de seguridade. É o reconhecimento de que a pobreza e a vulnerabilidade não são frutos de trajetórias e posicionamentos individuais, e, sim, de resultados construídos histórica, social, política e economicamente, pois um Estado só se responsabiliza pela instauração de um sistema de proteção quando reconhece a coletivização da demanda e a necessidade de atendê-la (RIZZOTTI; ALMEIDA; e ALBUQUERQUE, 2010, p.140).

Destarte, que ao romper com a culpabilização dos indivíduos pelas suas condições de pobreza, denota-se um novo caráter a esta política. Originou-se com o objetivo de materializar a política descrita na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), tendo um caráter público, democrático, descentralizado e participativo, criando programas, projetos, serviços e benefícios, acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com pactuação de responsabilidades entre os entes federados (BATTINI, 2007). Em 2005, com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), regulamenta o SUAS e dá início a um sistema de gestão e de financiamento público, com repasses continuados e transferências regulares, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos municípios, Distrito Federal e estados (BRASIL, 2004). Assim, a Assistência Social se torna pelas formas legais dever do Estado brasileiro, sendo ele responsável por proporcionar condições humanas mínimas de sobrevivência para as famílias em vulnerabilidade.

A Assistência Social enquanto política pública orienta-se nos princípios de respeito, dignidade, autonomia e acesso a benefícios e serviços de qualidade. Dessa forma, a política de assistência social, não é somente exclusiva a aqueles inaptos ao trabalho, mas também inclui aqueles em situação de desemprego, subemprego, e sob precárias condições de trabalho (COUTO, 2010).

¹⁹ Arrisca-se aqui dizer que essa realidade ainda é muito presente. O direito penal e o capitalismo são duas faces da mesma moeda. É na barbárie atual que ocorrem casos de criminalização da questão social, associando a pobreza a uma degradação moral, e da mesma forma a “classes perigosas”. Como exemplo, basta pensar a atual política de encarceramento no Brasil que é a face da radicalização da segregação e de processos de higienização, demonstrando que as massas hoje nas prisões são negras, pobres e faveladas, e que se de alguma maneira não chegam a tal instituição, são exterminadas nas ruas pelo aparato do Estado.

Soma-se ainda, famílias ou pessoas em situações de vulnerabilidade social, em condições de vida decorrentes das históricas desigualdades sociais que constituem as raízes do Brasil.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) vai promover, de modo descentralizado, a Proteção Social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organizará o seu conjunto de ações por meio da oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais pautados na articulação entre proteção social básica no âmbito do Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e proteção social especial de média e alta complexidade nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para a redução, prevenção e até superação de algumas expressões da questão social encontradas no território de abrangência.

Em 2001, surge o Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), como um instrumento importante de mapeamento, identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. O CadÚnico, dessa forma, se torna porta de entrada para programas sociais, como o Programa Bolsa Família, se utilizando de dados cadastrais para selecionar seus beneficiários em âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2017).

O Programa Bolsa Família foi criado há quase duas décadas, por meio da Medida Provisória 132, convertida na Lei nº 10.386/2004, que unificou os procedimentos de gestão e execução de ações de transferência de renda existentes para uma população pobre e em extrema pobreza. Um programa dentro da PNAS, objetivando a superação do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza nas famílias, tendo três frentes importantes, a transferência direta de renda às famílias, o acompanhamento das condicionalidades, como forma de garantir às famílias beneficiárias o acesso às políticas de educação, saúde e assistência social, e a promoção e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2018). A partir das informações das famílias que constam no Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), o Sistema de Condicionalidades (SICON) gera o público com perfil para acompanhamento das condicionalidades. Essas condicionalidades, alguns autores a descrevem também como “contrapartidas”, são compromissos que as famílias beneficiárias têm de cumprir para que seu benefício não seja suspenso, bloqueado e até cancelado, tais como:

Figura 1 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família

condicionalidades do Programa Bolsa Família

	CONDICIONALIDADES	PÚBLICO
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • ACOMPANHAMENTO DO CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO, DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS; • PRÉ-NATAL PARA GESTANTES E ACOMPANHAMENTO DE NUTRIZES; 	<ul style="list-style-type: none"> • CRIANÇAS MENORES DE 7 ANOS; • GESTANTES E NUTRIZES;
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • MATRICULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR MENSAL MÍNIMA DE 85%; • MATRICULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR MENSAL MÍNIMA DE 85%; 	<ul style="list-style-type: none"> • CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 6 E 15 ANOS; • JOVENS DE 16 E 17 ANOS;
ASSISTÊNCIA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 85% DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ATÉ 16 ANOS AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS; • PARTICIPAR DAS ATIVIDADES OFERTADAS PELO CRAS E PELO CREAS; • MANTER OS DADOS DO CADASTRO ÚNICO SEMPRE ATUALIZADOS; 	<ul style="list-style-type: none"> • RESPONSÁVEL FAMILIAR PELO CADASTRO ÚNICO;

Fonte: Condicionalidades, Ministério da Cidadania, 2021

Antes de trazer alguns elementos referentes ao Programa Bolsa Família, se vê a importância de elencar que, em outubro de 2021 - enquanto estas páginas estão sendo escritas - após 18 anos de operacionalização, o Programa Bolsa Família chegou ao fim, extinguido pelo governo de caráter fascista do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Um programa de transferência de renda com reconhecimento internacional por ser capaz de combater a fome e reduzir a pobreza, especialmente por condicionar o pagamento à frequência das crianças na escola e à vacinação. A mesma Medida Provisória (Nº 1.061, 2021) que revoga o PBF substitui o mesmo pelo Auxílio Brasil²⁰, que se apresenta como um novo programa de transferência de renda aprofundado no mar de incertezas que o país vive na conjuntura atual.

Destaca-se que os governos são transitórios, e os Programas de Transferência de Renda também se tornam, utilizados como manobras político-partidárias na perspectiva do clientelismo e uso eleitoral, basta olhar criticamente o movimento da implementação do Auxílio Brasil. O Programa Bolsa Família, ao contrário do Auxílio Brasil, foi criado por um governo de caráter democrático e popular, muito embora também não se tenha firmado no âmbito do direito à cidadania e como uma Política de Estado. Apesar disso, os dois Programas de Transferência de Renda aqui citados, têm sido orientados historicamente por políticas compensatórias, que insere a população mais pobre no consumo - com poder de consumo -, beneficiando o próprio modo de produção

²⁰ Este trabalho não possui o intuito de aprofundar a discussão sobre o Auxílio Brasil, ainda por ser um programa de transferência de renda extremamente recente, com poucas produções sobre o assunto, da mesma forma que a sua implementação e operacionalização ainda não estão bem nítidas e explicadas por parte do Governo Federal.

capitalista, mas não garante a essa população um outro modelo de vida, pensando na manutenção dessas pessoas fora da linha da pobreza, pois ocorre que no mesmo sentido, são desvinculados de políticas de desenvolvimento econômico, de trabalho, educação, segurança, etc. É o que aponta Silva, Yazbek e Giovanni (2014), quando escrevem que estes modelos de transferência de renda servem para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria da classe trabalhadora de bens e serviços essenciais que deveriam atender à população mais carente.

A implementação do Programa Bolsa Família, se deu por um sistema de focalização e de elegibilidade, dependendo do Cadastro Único para Programas Sociais, um árduo trabalho para garantir o acesso ao PBF. De acordo com o Caderno de Orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (2018) o público beneficiário do PBF era de famílias extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00) e pobres (com renda mensal por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa), famílias estas que se encontravam e se encontram em condições socioeconômicas abaixo da linha da pobreza conforme o valor monetário descrito anteriormente, podendo receber os seguintes valores financeiros do benefício: o valor básico de R\$89,00, variável (crianças, gestantes e nutrizes) no valor de R\$ 41,00 pago até o limite de R\$ 205,00 por família, e variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 48,00 e pago até o limite de R\$ 96,00 por família. Dessa forma, conjuntamente a implantação e evolução do SUAS, do CadÚnico e do PBF tem contribuído para a construção de uma atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, consolidando um novo modelo de proteção social, alcançando no mês de julho de 2021 de acordo com o Relatório de Informações Sociais (2021) um total de 14.694.962 famílias beneficiárias do PBF. Ressalta-se aqui, que programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família no Brasil, são utilizados como estratégias de proteção social pelos Governos Populares em quase toda América Latina.

Os modernos sistemas de proteção social não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades. Muito mais do que isso, eles representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações que, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades, buscam, incessantemente, responder a, pelo menos, três questões: quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção? (SILVA; YAZBEK; e DI GIOVANI, 2004, p.16).

Esses avanços demonstram como a Política Nacional de Assistência Social, e inclusive o Programa Bolsa Família podem auxiliar na proteção social, concebendo as usuárias e os usuários como sujeitos de direitos socioassistenciais e trabalhando na perspectiva de garantir renda e um alívio imediato da pobreza, porém não se pode deixar compreender tais expressões como a pobreza

e a extrema pobreza à luz do contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico. Para autores como Ferreira & Christopoulos (2012), embora o PBF traga de fato, algumas mudanças pontuais e imediatas em alguns aspectos das vidas dessas famílias e na melhoria dos indicadores sociais, não é possível retirá-las do estado de pobreza em que se encontram e superá-lo, porque não intervêm na estrutura da pobreza, tampouco na estrutura do modo de produção capitalista, da mesma forma que, dificulta processos de tomada de consciência de classe. Dessa forma:

O que não significa uma superação da pobreza no país, mas um esforço significativo de administração e controle de modo a contribuir para que a pobreza mantida num determinado patamar não avance. Entendemos ser esse o limite do capitalismo impõe à política social, permitindo que, contraditoriamente, atenda a algumas necessidades reais das populações, mas que esse atendimento permaneça em um patamar que não secundariza a produção e o lucro. (SILVA; LIMA, 2010. p.58).

A classe dominante, no entanto, retorna a uma ideia antiga, já descrita por Marx (1980), de um Estado que se limita a administrar a pobreza para que ela não atinja graus insuportáveis e comprometa os níveis de lucratividade do capital. Porém, a pobreza não é um fenômeno novo, ela decorre de um processo de acumulação capitalista e de caráter estrutural, como admite Sposati (1999), que se torna importante para a roda do capitalismo girar, tendo o Estado alguns encargos nesta roda. Isso demonstra a contradição intrínseca nas políticas sociais - pensadas e gestadas por este Estado -, tratada no item anterior, que em um lado se tornam importantes na conjuntura em que o Brasil se encontra, de ofensivas ultraneoliberais, para aliviar as tensões, e as situações pontuais e emergenciais vivências pelas famílias, pelo outro lado, de acordo com Silva e Lima (2010), tornam-se apenas medidas paliativas, não retirando estas famílias da situação de pobreza e extrema pobreza. Ainda, para Yazbek (2018) políticas como o Programa Bolsa Família desenvolve um estrato de pobres que se reproduz no nível da sobrevivência, sendo instituída a ilusão de que o problema da pobreza será resolvido pela Política Social.

Diante deste cenário, é importante perceber que o neoliberalismo não se sustenta com a universalização dos direitos sociais, porque o mesmo se organiza nesta lógica de um Estado mínimo conciliado diretamente aos interesses das classes dominantes (ANTUNES, 2008) valorizando a mercantilização de todas as esferas da vida, o capital, mantendo a roda do capital e a estrutura da desigualdade intactas. São tempos de desmonte das políticas de seguridade social, desvalorização dos direitos sociais, de desfinanciamento da política de assistência social, de isenção do Estado no papel que deveria estar exercendo.

No contexto pandêmico do novo coronavírus, não se pode negar que o SUAS teve desafios, e que os avanços e retrocessos presentes na Política Nacional de Assistência Social, fazem parte de uma disputa ideológica marcada na sociedade brasileira. São expressões dos conflitos centrais no

modo de produção capitalista e no modelo de sociabilidade dividido em classes. Conforme expresso no capítulo anterior, é nesse contexto de Covid-19 que se agravam as desigualdades, os riscos, as violações de direitos, e as situações de vulnerabilidade existentes no Brasil, e de certa forma exigiu do SUAS diversas estratégias de intervenções nessa nova realidade, principalmente diante de uma conjuntura devastadora dos direitos sociais.

4. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PBF DE NOVO BARREIRO – RS

Aqui será apresentado o percurso metodológico da pesquisa, que refere-se a metodologia utilizada, as fontes que fundamentam este trabalho, as sujeitas que participaram do estudo, as discussões, dentre outros elementos que tem como objetivo socializar os resultados obtidos, e fomentar a relação entre teoria e prática.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para lograr compreender o universo dos fenômenos a partir dos significados, crenças, valores, atitudes, percepções, opiniões e interpretações, e apreender a realidade por meio da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2007) optou-se pelo método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, que está determinado como método de análise da realidade, como arcabouço teórico deste trabalho, mas também uma forma de ver o mundo e a sociedade por determinadas lentes. Ao mesmo tempo que se torna uma escolha política do pesquisador enquanto sujeito, e dessa forma, possibilita a sustentação e arcabouço teórico-metodológico necessário para esta pesquisa, da qual entende-se a historicidade, o movimento da realidade, os conflitos e as contradições como categorias analíticas da realidade. Para Roque Moraes (2003) é impossível ver, ler e interpretar sem teoria, elas fundamentam e facilitam o processo de análise textual. O método marxiano pode ser caracterizado como dedutivo-indutivo, e é fundamental para que possamos explicar um fenômeno como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido (PRATES, 2003) desvelando o real e fornecendo elementos ao movimento de superação da sociedade capitalista.

Sendo assim, realizou-se um estudo de natureza quanti-qualitativa. Para auxiliar a desvelar o objeto de estudo, a investigação está estruturada em duas etapas: exploratória e de campo. Exploratória porque teve a finalidade de desenvolver, esclarecer e transformar conceitos e ideias,

oportunizando a formulação de problemas mais precisos (GIL, 2007). E de campo a partir da técnica de Grupo Focal (GF), com beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) da cidade de Novo Barreiro, cidade ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. A justificativa pela técnica de Grupo Focal se deu em razão da construção de conhecimentos coletivos que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico (BACKES et al., 2011), no caso, à respeito do impacto da pandemia do Covid-19 na vida de famílias em vulnerabilidade, possibilitando assim, diferentes pontos de vista sobre o assunto. Ainda, para complementar novas compreensões e teorias sobre estes determinados fenômenos e para o desenvolvimento desta pesquisa, serão coletados dados através de uma Entrevista Guiada²¹, semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas, para as participantes da pesquisa. Essa técnica de pesquisa caracterizada por Richardson (2012) é utilizada particularmente para descobrir quais mudanças as pessoas entrevistadas tiveram a partir de determinada experiência. Além disso, afirma-se a importância da utilização da observação como técnica durante a realização desta pesquisa.

Com a proposição de atender aos objetivos deste projeto, a abordagem de análise dos dados coletados a partir do Grupo Focal e das Entrevistas Guiadas, transcrições e observações, aconteceram por processo de análise textual qualitativa²². Para Roque Moraes (2003) a análise textual qualitativa deve utilizar-se de uma sequência recursiva de três componentes, a unitarização, categorização e comunicação, possibilitando dessa forma, a construção de novas compreensões e teorias a partir de um conjunto de informações sobre determinados fenômenos. Entretanto, os dados quantitativos que surgem a partir das entrevistas tiveram de ser tabulados e apresentados por meio de gráficos, que adensam as análises qualitativas oriundas das perguntas abertas, da mesma forma, seguem a perspectiva de análise textual de Roque Moraes.

Os resultados deste trabalho serão publicados na forma de artigos científicos e apresentados em eventos da área e afins. Da mesma forma, será realizado um relatório da pesquisa com os dados já analisados, para que assim, aconteça uma devolutiva para as sujeitas da pesquisa, para o CRAS, bem como para a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento e Secretaria de Saúde

4.2 DADOS DA PESQUISA

As participantes da pesquisa foram selecionadas a partir dos critérios de inclusão do estudo: mulheres responsáveis pela unidade familiar, cadastradas no CadÚnico, beneficiárias do Programa

²¹ APÊNDICE A: modelo de instrumento de Entrevista Guiada.

²² APÊNDICE B: Planejamento de Análise.

Bolsa Família a mais de 5 anos, que deveriam conter 1 ou mais filhos, participantes do grupo de mulheres do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), referenciadas ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), residentes da localidade Linha Biriva no município de Novo Barreiro/RS, e que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²³. E como critérios de exclusão todas aquelas que não se enquadram no perfil acima descrito.

A seleção desta amostra e do território se deu pela percepção anterior do pesquisador, nesta determinada comunidade ao interior de Novo Barreiro chamada Linha Biriva, que contém um alto índice de populações em vulnerabilidade, em específico as e os beneficiários do Programa Bolsa Família, referenciados ao CRAS. No cenário da cidade, existem outras comunidades ao interior do município, porém em especial a Linha Biriva contém um número maior de famílias em vulnerabilidade, de acordo com a equipe técnica do CRAS.

Deste modo, a pesquisa teve 5 participantes que atenderam aos critérios mencionados acima. Realizou-se o recrutamento das participantes em um dia de encontro do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) da Linha Biriva, que ocorre nas segundas-feiras, no CRAS. Explicou-se a respeito da pesquisa, dos objetivos e motivações. Na data, 5 participantes atendiam aos critérios de inclusão, e as mesmas aceitaram participar do estudo. Criou-se um grupo no *Whatsapp* para que a comunicação entre o pesquisador e as participantes, a fim de que obtive-se uma certa agilidade, e nesse sentido, combinou-se o primeiro encontro para a Entrevista Guiada, e os datas dos encontros do Grupo Focal.

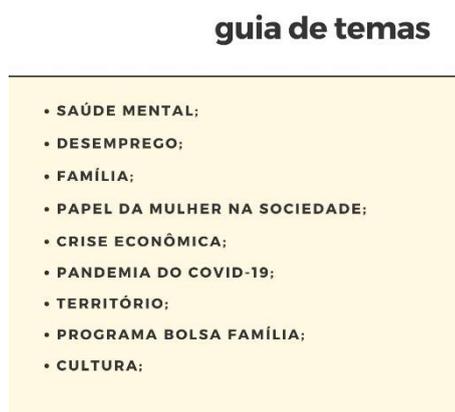
A Entrevista Guiada com cada participante foi realizada anteriormente aos encontros do Grupo Focal, na sala cedida pela ESF Linha Biriva, mesmo local onde ocorreu os encontros do GF, ocorrido no início de dezembro de 2021, na data todas as 5 participantes se fizeram presentes para esta etapa da pesquisa. A Entrevista Guiada é dividida em 3 blocos de perguntas com duração total de 10 a 15 minutos, o primeiro bloco de perguntas é relacionado à caracterização pessoal das entrevistadas, o segundo a caracterização profissional e o terceiro a respeito dos impactos nesse processo histórico de pandemia da Covid-19 e outras implicações sobre as condições de vida das entrevistadas.

Relacionado ao Grupo Focal, realizou-se duas sessões, com duração entre 30 a 45 minutos, no espaço cedido pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) localizada na Linha Biriva, sendo as datas e horários acordados pelo grupo de *Whatsapp* com as participantes. Para cada encontro houve

²³ APÊNDICE C: modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

um roteiro com tema norteador e perguntas semi-estruturadas e geradoras, que foi definido pelas demandas identificadas anteriormente, a partir da Entrevista Guiada com as participantes da pesquisa. O guia de temas, ou questões norteadoras, na figura abaixo, compreendem um preparo prévio do pesquisador a partir dos objetivos do estudo, e com o problema de pesquisa, para assim, promover uma investigação mais produtiva, e auxiliar a moderação do GF.

Figura 2 - Guia de temas ou questões abordadas no Grupo Focal;



Fonte: Informações sistematizadas pelo autor em setembro de 2021.

As sessões do GF foram realizadas até o momento em que o objetivo da pesquisa foi alcançado. Existe a indicação de realizar, pelo menos, duas sessões de GF (BARBOUR, 2009). Deste modo, foram realizados dois encontros, o primeiro em dezembro de 2021, e o segundo em janeiro de 2022. Intentou-se um terceiro encontro, mas obteve-se problemas com o horário de abertura da ESF, chegou-se às 13 horas para o encontro do GF, mas naquele específico dia, a unidade abriu às 13:30 sem aviso prévio ao pesquisador e às participantes.

Em ambos encontros do Grupo Focal, o primeiro e o segundo, somente compareceram 3 das 5 participantes da amostra. As outras duas integrantes tampouco foram substituídas na pesquisa, e o GF foi realizado com quem compareceu ao encontro.

O GF teve a coordenação composta por um moderador (aluno, autor da pesquisa) e uma observadora (uma profissional da equipe de referência do CRAS). A técnica de moderação utilizada foi *não diretiva*, com perguntas abertas e expressão de sentimento das participantes sem a influência do moderador. O estilo do grupo foi *semi-estruturado*, possibilitando uma conversa flexível com abertura para o diálogo (DALL'AGNOL e TRENCH, 1999).

O espaço físico escolhido para a realização da pesquisa, uma sala na Estratégia de Saúde da Família, (Grupo Focal e Entrevista Guiada) possui uma estrutura adequada, está localizado no

interior do município de Novo Barreiro, na Linha Biriva, território onde as participantes vivem, facilitando o acesso das mesmas. Os encontros aconteceram em uma sala de reuniões, um ambiente confortável, limpo, acolhedor, com privacidade, iluminação e ventilação adequadas. Os assentos foram organizados de forma circular, onde as participantes tinham o mesmo campo de visão. A participação ocorreu de maneira voluntária, sem quaisquer remunerações, os gastos necessários para a participação na pesquisa ficaram sob responsabilidade dos pesquisadores.

Era possível que as participantes tivessem o risco de desconforto ao lembrar de alguma situação, se sentindo constrangidas em continuar. Se isto viesse a acontecer, as mesmas tinham o direito de interromper e dispensar a participação neste estudo a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela decisão. Para evitar os riscos decorrentes de desconfortos realizou-se um diálogo anteriormente com intuito de explicar a pesquisa e esclarecer dúvidas. Também, havia a possibilidade de risco e contágio pelo Covid-19, se isso viesse a ocorrer, a equipe de referência da Estratégia de Saúde da Família da Linha Biriva estava à disposição para reduzir efeitos e condições adversas que pudessem causar danos. Para evitar o risco de contágio pelo Covid-19 foi-se respeitado os protocolos sanitários a partir do Decreto do Estado do Rio Grande do Sul Nº 56.025, de 9 de agosto de 2021 e do Sistema 3As de monitoramento²⁴, dos Protocolos Gerais e de Atividades organizados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os assentos na sala tinham um distanciamento de 1 pessoa por 4m². Em cada encontro a sala e os assentos eram higienizados adequadamente. Havia álcool em gel 70% na entrada da sala, e se verificava a temperatura ao ingressar no local e qualquer membro positivado, com sintomas de Covid-19 ou que esteve em contato com pessoas que positivaram para Covid-19 não poderiam participar dos encontros, comunicando imediatamente às autoridades de saúde local, quando identificado algum integrante com sintoma respiratório ou compatível com a COVID-19, salvo orientações de protocolo de rastreamento e testagem vigente. O álcool em gel e a máscara foram de uso obrigatório para entrar na ESF, da mesma forma, para participar da pesquisa. Evitou-se comportamentos sociais de contato, tais como: apertos de mão, abraços, beijos no rosto, não permitindo compartilhar objetos de uso pessoal, como: escova de cabelo, copos, talheres e chimarrão, canetas, lápis e outros materiais de escrita, celulares e telefones, fones de ouvido ou microfones, dentre outros objetos, e da mesma forma, não foi permitido alimentação no local.

²⁴ O sistema 3As de monitoramento é uma ferramenta que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul utiliza para organizar os critérios sanitários durante a pandemia do Covid-19. Os “3As” são: Aviso, Alerta e Ação. Dessa forma, a partir dos indicadores do Covid-19 de cada região do Estado, o Grupo de Trabalho de Saúde do Comitê de Dados emite boletins com um “A” para cada região quando for necessário. Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 03 out. 2021.

As participantes, ainda, passaram a ser acompanhadas pelos pesquisadores no que se refere ao bem estar de saúde e de assistência social, bem como posteriormente dos encontros. As equipes do Centro de Referência de Assistência Social e da Estratégia de Saúde da Família estiveram à disposição caso ocorresse algum incômodo ou desconforto ao participarem da pesquisa.

A coleta de dados teve início após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sob nº CAAE 52693821.0.0000.5346, e assinatura do termo de contribuição para a pesquisa pela Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento e pela Secretaria de Saúde - que disponibilizou o local dos encontros -, ambas do município de Novo Barreiro - RS. A coleta teve início em novembro de 2021 e término em janeiro de 2022. Não haverá identificação das participantes neste trabalho, e os nomes divulgados nas análises da pesquisa são fictícios.

Toda a etapa de coleta de dados deu-se através da gravação de voz com 02 gravadores de áudio mp3, após o consentimento - por meio do TCLE -, das participantes. Após a realização de cada entrevista e sessão grupal, o pesquisador deste estudo efetuou a transcrição das gravações.

4.3 RESULTADOS

A partir do planejamento de análise de dados qualitativos e da tabulação de dados quantitativos, busca-se aqui relacionar os resultados obtidos com os objetivos elencados neste trabalho. Devido a grande proporção de dados coletados, não foi possível sistematizar todos neste trabalho de conclusão de curso, tendo em vista a escassez de tempo hábil, bem como, a dimensão da normativa dos trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que estabelece um limite de 70 páginas. Porém, indica-se que estes dados serão aprofundados e publicizados em futuros trabalhos científicos, para toda a comunidade acadêmica e interessados.

Inicialmente, no primeiro bloco de perguntas da Entrevista Guiada e em indagações junto ao GF, buscou-se realizar uma caracterização pessoal das participantes. As participantes da pesquisa são todas mulheres, responsáveis pela unidade familiar, beneficiárias do PBF, que possuem entre 32 à 53 anos. Todas se identificam como mulheres heterossexuais. No que tange a cor, raça ou etnia, 40% delas se identificam como pretas, 40% como pardas, e 20% como brancas. A respeito do estado civil das entrevistadas, 60% são casadas, 20% solteiras, e 20% separadas ou divorciadas. Quando indagadas sobre religião, 80% das mulheres participantes da pesquisa responderam que são da Igreja Católica, as outras 20% responderam que em algum momento de suas vidas foram próximas a

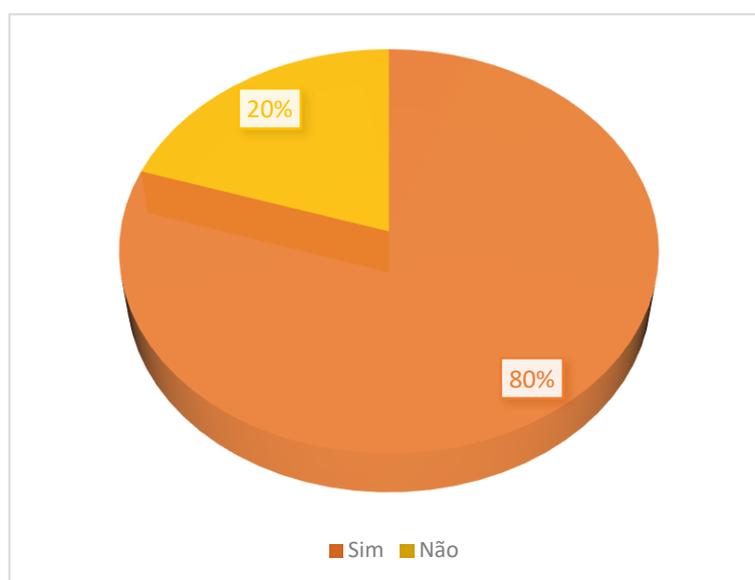
algumas religiões, porém hoje não são praticamente, e nesse sentido responderam que não possuem religião.

Sobre a quantidade de filhas e filhos, 40% tem 2 filhas/os, 40% tem 5 filhas/os e 20% tem acima de 5 filhas/os. Quando questionadas a respeito de quantas filhas/os moram com elas, 60% respondeu que somente uma filha/o vive na mesma moradia, 20% respondeu que somente 3, e os outros 20% respondeu que 4 filhas/os vivem com a participante. Em relação a quantidade de pessoas que moram na residência de cada participante, 60% das participantes informaram que moram 3 pessoas, e os outras 40% responderam 5 pessoas.

Na dinâmica cotidiana familiar, a pandemia impactou, com relação direta sobre a precarização das condições das famílias da classe trabalhadora, e ainda diretamente com o fechamento de creches, escolas, e sem opção de lazer. Por isso, cabe pensar o quanto a dinâmica precisou ser adaptada durante o período da pandemia, tendo em vista que estas mulheres não puderam contar com escola e creches para manter suas filhas/os em atividades pedagógicas e com os devidos cuidados, para se manterem em seus vínculos empregatícios ou mesmo continuar suas atividades laborais em casa. Isso tem um efeito não somente na vida destas mulheres, como também no aprendizado destas crianças, que em médio ou longo prazo apresentará lacunas, tendo em vista o grau de escolaridade das participantes.

Sobre o letramento das participantes:

GRÁFICO 1 – Possui letramento (saber ler e escrever);



Fonte: sistematização do autor (2022).

Ao serem questionadas sobre saber ler e escrever, 80% das participantes contestaram que sim sabem ler e escrever, e 20% responderam que não possuem letramento, conforme o gráfico acima. Isso se relaciona com o grau de escolaridade das participantes, onde 60% informaram que possuem Ensino Fundamental Incompleto, e somente 40% possui Ensino Médio Completo.

Esses dados são importantes para refletir sobre as formas que a pandemia de Covid-19 impactou na vida destas mulheres, e como tais características pessoais, como cor, raça, estado civil, religião, escolaridade, dentre outras, são determinantes e favorecem para que os reflexos da pandemia sejam ainda mais expressivos.

Neste contexto, o grupo focal proposto pela pesquisa elucidou ainda mais os impactos gerados pela pandemia de Covid-19 na vida destas mulheres. O tema abordado no primeiro encontro foi a pandemia de Covid-19. É nesse tema central que surgem categorias importantíssimas que balizam todo o debate. Diante disso, é inegável que uma das maiores repercussões da pandemia foi no mundo do trabalho, que além da pandemia, é a categoria que tem centralidade e que atravessa todas as discussões na aproximação e interpretação da realidade. Além do trabalho ser uma categoria ontológica em Marx, uma atividade fundante do ser social, tendo em vista que os sujeitos se reconhecem pelo trabalho que exercem no mundo exterior. É o que Marx (2008, p. 47) conclui:

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Questionadas sobre as formas que a pandemia impactou em suas vidas, seja na saúde, economicamente, mentalmente, no trabalho ou inclusive na forma em que se sentiram nesse durante processo histórico, as participantes apontaram que:

[...] a pandemia em alguma coisa ela foi difícil né, mas eu continuei trabalhando a pandemia inteira.[...] não parei de trabalhar. Só parei agora porque eu to afastada da cirurgia né, mas trabalhei a pandemia inteira. [...]

Se a situação de quem trabalha em *home office* se torna difícil em meio à crise sanitária, para aqueles que precisaram manter as atividades laborais em grandes fábricas, o descaso ao qual estão submetidas/os se torna ainda mais preocupante. Quando indagada sobre continuar trabalhando em meio a uma pandemia, e se isso impactou em sua vida, ela responde:

Ah sim, [...] lá no serviço é bastante preocupante, porque tu tá no lado, todo mundo trabalha um do lado do outro, e tu não sabe se aquela pessoa tá ou se não tá né. Tu tá sempre trabalhando preocupado. (F5, 2021)

E segue:

[...], uns quantos tempos ali era uma só, os funcionários tudo com covid. E mais puxado o trabalho, pensa no puxado que é. É bastante puxado pros desossador, e daí que nem eu que sou revisora é mais puxado pra mim, porque daí eles não conseguem fazer direito, aí quem tem que fazer é as revisora. E daí a acumulação dói né, vai acumulando serviço. É uma luta. (F5, 2021)

Nas falas citadas acima, percebe-se que a mesma continua a trabalhar (fator de exposição ao vírus), que existe uma organização laboral na empresa que dificulta o distanciamento social dentro do trabalho (outro fator de exposição ao vírus), o número de funcionárias/os diminui, porque muitas vezes estão infectadas/os com o vírus, mas a demanda continua a mesma, é como ela expressa, “e mais puxado o trabalho” (F5, 2021). Assim, pode-se perceber que a precarização das condições de trabalho é algo muito presente na dinâmica do capital, que se torna evidente durante a pandemia, ao mesmo tempo que se agrava.

É na categoria trabalho onde surgem as maiores expressões dos impactos as mulheres beneficiárias do PBF, desde o aumento do desemprego e a busca pela informalidade, até o medo do desemprego:

Nós tamo desempregados, meu marido anda fazendo biscate, uns biscoquinho por ali (F5, 2021)

O meu também biscate. (F2, 2021)

Eu, como não tenho mais marido né, aí eu to trabalhando na JBS, continuo né, to de licença [...] tipo as vezes falam: “ah porque que tu não sai de lá e não vem trabalhar na aurora?”, daí eu disse: “vou sair do certo pelo duvidoso?”. Não dá né, então eu fico lá. (F5, 2021)

É notório observar que a sombra do desalento e do desemprego atravessa todos os sentidos da vida do sujeito, como se observa na fala da participante F5, chefe de família, mãe solo, negra, baixa escolaridade, o que implica em estabelecer e manter relações precárias e de exploração de sua força de trabalho para manutenção de necessidades fundamentais daqueles que necessitam dos seus cuidados. Além disso, isto se interliga o baixíssimo número de empregos e dificuldade de encontrá-los, desde o aumento dos subempregos e baixos salários. Uma das entrevistadas inclusive ressalta a dificuldade de encontrar emprego, o que há fez buscar trabalho em outra cidade. Assim, expressam:

Aqui no barreiro é pouco né. (F5, 2021)

É pouco trabalho que tem aqui. Senão a gente não precisava sair daqui e ir lá, em Trindade do Sul né. (F5, 2021)

Trabalhar fora e longe. (F2, 2021)

No nosso ônibus nós tava em doze, indo trabalhar, daqui do barreiro, porque aqui não tem né, não tem nada. (F5, 2021)

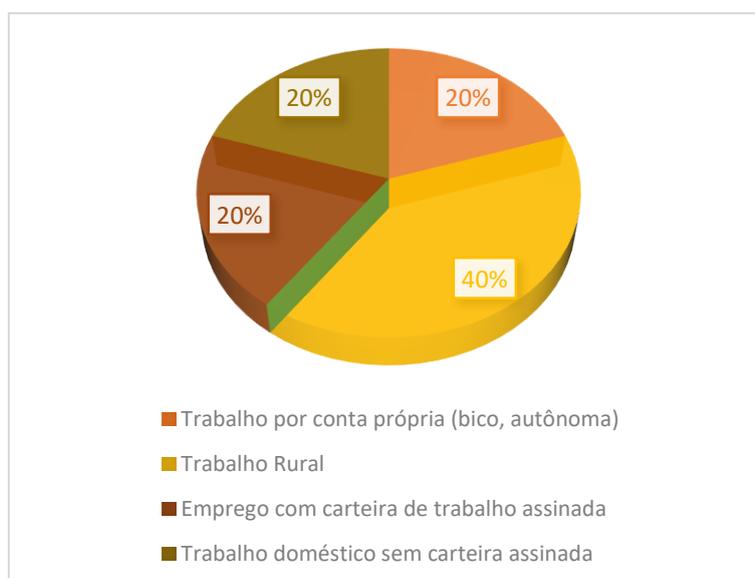
Não tem emprego. (F2, 2021)

E ainda quando tem não pagam direito. (F5, 2021)

A minha nora tava trabalhando [...]. Ela trabalhou uma metade de um mês ela recebeu certinho, quando trabalhou o outro mês inteirinho ela recebeu seiscentos pila e se quiser. Daí como que tu vai querer trabalhar num lugar assim. (F5, 2021)

Nessa mesma linha de análise, o gráfico abaixo demonstra o perfil profissional destas mulheres quando no terceiro bloco de perguntas da Entrevista Guiada, haviam questões relacionadas ao perfil profissional e o mundo do trabalho. É o que mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Trabalho;



Fonte: sistematização do autor (2022).

O gráfico expressa que o trabalho doméstico sem carteira assinada, o trabalho por conta própria (bico, biscate, autônomo) ainda representam 60% do gráfico. Dentre as participantes, 60% trouxeram que trabalham 3 dias por semana, 20% responderam que trabalham 5 dias por semana, e as outras trabalham 6 dias por semana, representando 20% deste total. Relembra-se aqui o cálculo de desemprego para o IBGE citado no início deste trabalho, que não compreende estas mulheres autônomas como desempregadas, mesmo estando desempregadas e sobrevivendo na informalidade.

Estes dados demonstram que a divisão sexual, racial do trabalho ainda desprivilegia o trabalho feminino no contexto das relações capitalistas excludentes. Essas divisões resultam do racismo e do patriarcado, uma vez que são ideologias de dominação que compõem a formação social brasileira. Isso contempla a

exploração, opressão e racismo, aliás, como frequentemente ocorrem em todos os lugares onde os interesses do sistema do capital estão presentes, ainda se impõe um enorme peso sobre as mulheres pela manutenção da família nuclear, o que consequentemente altera sua situação no espaço produtivo. Em vez de se sentirem aliviadas, como pretenderia a retórica da “oportunidade e direitos iguais para as mulheres e da eliminação de qualquer discriminação de gênero e raça”, o que elas presenciam de fato é uma acentuada precarização da sua força de trabalho, sendo mais intensa quando se trata da mulher negra (Mészáros, 2002, p. 302 apud NOGUEIRA e PASSOS, 2021, p. 3).

A discussão apresentada acima, sustenta a interpretação dos próximos dados. Quando postas a comparar a vida antes da pandemia e agora, durante uma crise sanitária, as participantes trazem elementos pontuais que agregam a discussão anterior. Como exemplo:

Mudou bastante. (F4, 2021)

O que mudou? (M1, 2021)

O preço, o valor das coisas. (F4, 2021)

O dobro, o preço ta o dobro as coisas, pensa na careza. [...]. O gás nem se fala, cento e cinco um bujão de gás. (F5, 2021)

Eu acho. A gente ganha o benefício né, mas daí chega lá é tudo mais caro, que nem o gás né, aumentou tudo. (F3, 2021)

Olha, o ruim é de tu ir no mercado, porque tu vai lá com cem pila tu trás nas mãos e não vê pra onde que vai né. Dá pra comer, se der uma semana. Cinco quilos de arroz lá em casa dá uma semana, porque a criançada que tem, deus me livre. (F5, 2021)

Um pedaço de quilo de carne não da almoço. (F2, 2021)

Não, e as coisas eram mais baratas uma vez. (F2, 2021)

Agora é muito caro as coisas. (F2, 2021)

A gasolina está cada dia mais cara. Tem que se pensar quando vai andar de carro ou não. (F1, 2021)

Torna imperativo realizar uma crítica a condução da política econômica adotada pelo Estado Brasileiro durante a pandemia de Covid-19, uma vez que, a nova morfologia do capitalismo, no seu estágio financeiro mais avançado, domina todas as esferas da vida social, até mesmo as subjetividades dos sujeitos (DARDOT, LAVALL, 2016) Os novos contornos das políticas sociais neoliberais tem sido suficientes para não agravar a pobreza e as pressões sociais, contudo, durante a pandemia, o que se percebeu foi o contrário. O Brasil volta a ingressar no quadro da extrema

pobreza, isso se dá ao fato da centralidade da política econômica em detrimento das políticas sociais, políticas assistenciais, focalistas, fragmentadas, destinadas aos pobres, de caráter compensatório, não alteram problemas estruturais históricos, mas sim, intensificam e agravam as condições socio-humanas da população pobre brasileira.

Durante todo encontro, as entrevistadas apontaram diversas vezes que com o advento da pandemia houve um aumento expressivo dos preços de serviços básicos, como gás, energia elétrica, alimentação, gasolina, dentre outros. Quando questionadas se teve grandes efeitos em suas vidas, uma delas expressa: “Ah sim né, agora eu gasto o dobro, e as pessoas da casa continuam as mesmas né. A roupa aumentou bem mais, tudo” (F5, 2021). Não obstante, o aumento exacerbado serviços básicos ligado a informalidade ou ao trabalho informal, demonstra que estas famílias enfrentam dificuldades socioeconômicos gigantescas em seu cotidiano,

“A questão do emprego e do desemprego deve ser elasticada, a fim de se poder demonstrar o papel da dominação social e política da minoria sobre a maioria, ou seja: “está ligado à venda e à não-venda da força de trabalho (ou seja, ao desemprego e ao fantasma permanente do mesmo) tem aumentado como consequência da polarização das riquezas” (WOOD, 2005, p. 287).

Isso se confirma na fala delas:

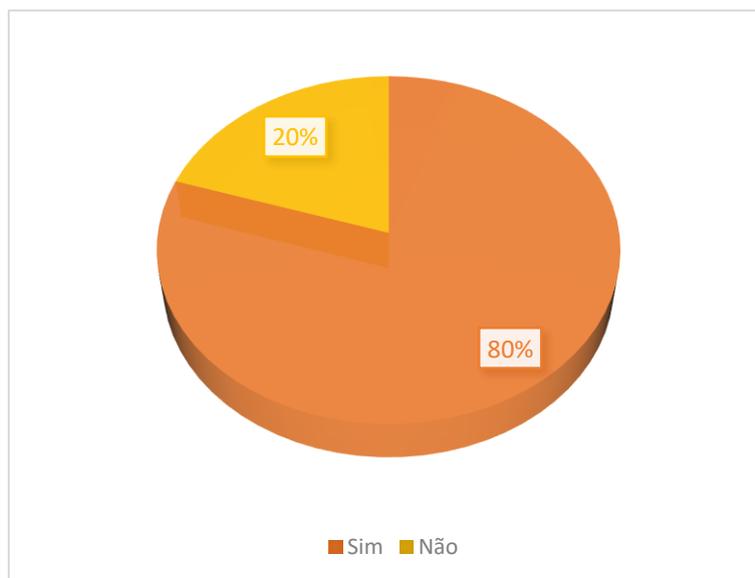
Nós também, levamos controlado, porque daí só de biscate né, só comer, água e luz no caso, não pagamos mais aluguel, tem que levar controlado, não dá pra gastar. (F1, 2021)

Pois é, não é fácil, quem lida com biscatinho aí, tem que controlar muito [...] (F2, 2021)

Ah mudou, mudou, as minhas conta que eu pagava tudo em dia, to com uma pendente lá de mil e meio que eu não to conseguindo pagar né [...] (F5, 2021)

Sobre já ter possuído bloco de produtor rural ou carteira de trabalho assinada, 100% das entrevistadas responderam que tem ou já tiveram. Somente 20% delas possui carteira assinada, o que corresponde a uma participante, as outras 4 participantes possuem bloco de produtor rural. Isso demonstra que 100% das participantes já contribuíram com a Previdência Social em algum momento de suas vidas, e ao serem questionadas se ainda contribuem com a Previdência Social, surgiram estes resultados:

GRÁFICO 3 – Contribui atualmente com a Previdência Social;



Fonte: sistematização do autor (2022).

Contraditoriamente, a maioria - que corresponde 80% das entrevistadas -, contribui com a Previdência Social. É a partir da informalidade que elas seguem contribuindo, a maioria a partir do bloco de produtor rural, e compreendem a relevância da Previdência Social para o presente e para o futuro de suas vidas.

A insegurança financeira tem relação direta com o medo do desemprego, com a reestruturação produtiva e ao mesmo tempo com a escolaridade. Por essa razão, muitas seguem assumindo jornadas triplas de trabalho, intensificadas durante a pandemia, tendo em vista a sobrecarga de tarefas com a casa, o cuidado com filhas/os ou netas/os - as vezes ambos -, além é claro das suas atividades de trabalho externa,

A desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega especialmente as mulheres casadas e com filhos, comprova como o ambiente do lar é mais uma esfera do exercício de poder masculino. Na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não significa cooperação ou distribuição mais harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho invisível e não remunerado das mulheres (VIEIRA, GARCIA e MACIEL, 2020, p. 3)

Isso surge no GF:

[...] me senti bastante sobrecarregada. Vish, não dormia direito, porque daí tu chega em casa, dorme um pouquinho, daí tem que levantar, e tem que ir lá ensinar, tu tem que ir ajudar, e daí tu não sabe ajudar. (F5, 2021)

Sim, muitas vezes me senti assim, ficava brava por ter que fazer tudo isso e as vezes não conseguir dar conta de tudo. (F1, 2021)

Outras ainda, ampliaram o seu conjunto de cuidados, tendo que além de toda a sobrecarga de trabalho citada acima, tiveram que cuidar de vizinho ou familiares durante a pandemia. É que se expressa na fala:

Você passou a cuidar de alguém durante a pandemia? (M1, 2021)
Minha irmã, que daí deu também né o covid, eu vinha trazer comida e voltava. E minha mãe que eu tive que ficar em passo fundo, três dias com ela, mas daí ela morreu do coração. (F3, 2021)

Torna-se nítido após estes dados, que a reestruturação produtiva, e com o advento da pandemia de Covid-19, afeta diretamente e com maior afinco as mulheres, pobres, pretas e pardas. Dessa forma, afirma-se que existe uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, raças e classes, que se cita aqui como pilares fundamentais do capitalismo. É o que pode ser chamado de divisão social, sexual e racial do trabalho. A divisão do trabalho, de acordo com Harvey (2016, p. 111), está fundada na “capacidade humana de decompor atividades produtivas e reprodutivas complexas em tarefas específicas, porém mais simples, que possam ser cumpridas por diferentes indivíduos, de maneira temporária ou permanente”. Essa divisão perpassa por todos os âmbitos da sociedade, inclusive nos condicionantes de espaços que mulheres devem ocupar, na relação entre o espaço público e o espaço doméstico. Mas aqui vai-se além. Lélia Gonzalez (1980), uma grande intelectual brasileira, afirma que há uma divisão sexual do trabalho, mas também uma divisão racial do trabalho. Segundo a autora, não é possível analisar o caso brasileiro sem somar à divisão sexual a divisão racial, constantemente camuflada sob o manto do mito da democracia racial.

Fica evidente que o isolamento social compulsório no mundo todo foi uma quebra no cotidiano e reestruturou o modo de viver. Para as entrevistadas não foi diferente. Ao serem perguntadas a respeito do que foi mais difícil para elas vivenciarem durante a pandemia, surgiram algumas afirmações:

Eu acho que foi o medo de pegar o covid, de morrer, do meu guri ficar mal, mas graças a deus não pegamo. (F1, 2021)

Na pandemia, o mais difícil foi ensinar meu filho a estudar. (F4, 2021)

Agora não sei o que foi mais difícil, eu acho que perder a família né, o mais difícil. (F2, 2021)

Fazendo um paralelo, questionou-se o que foi mais difícil para a família vivenciar durante a pandemia, quase todas citaram que foi o isolamento social, é o que trazem as falas:

O mais difícil foi ficar em casa. (F4, 2021)

[...] do nada a gente não podia mais sair de casa, tinha que ficar trancado, não podia mais tomar um chimarrão com os vizinho, ir no bar. (F1, 2021)

Foi ruim, mas tivemos que ficar isolados né. (F4, 2021)

O isolamento social é sem dúvida uma expressão importante a se refletir. Os integrantes familiares se viram obrigados a estarem juntos durante um longo período, e assim faz-se uma costura com os diálogos acima, no que se refere a sobrecarga de trabalho das mulheres, e de que forma isso apresentou consequências para a vida das beneficiárias do PBF. Com o fechamento das escolas e creches, surge a dificuldade de auxiliar os filhos e netos nas atividades da escola, visto que uma parte das entrevistadas não possuem letramento, são 20% das entrevistadas, mas que grande parte possui Ensino Fundamental Incompleto, 60% delas. É nessa realidade surgem as seguintes indagações:

E daí vem uns coiso pra ensinar e a gente nem sabe. (F2, 2021)

E como foi isso pra vocês? Pra ensinar? (M1, 2021)

Ensinar, pois eu não sei ensinar. (F2, 2021)

Eu não soube. (F5, 2021)

Eu não ensinei, nunca ensinei, por isso no ensinar eu perdi minha neta. Não sabia ensinar, ela foi pra ensinar ela, e acabei perdendo ela, porque ela não quis voltar mais [...]. (F2, 2021)

É nesse sentido que quando o tema do GF foi “família”, interseccionado pela questão do isolamento social surgiram categorias relevantes como separação, rompimento de vínculos familiares, e diminuição do acesso as redes socioafetivas²⁵. Ainda no tema família, surgem também expressões sobre o aumento da violência doméstica enfrentadas pelas entrevistadas. Isso é mais uma forma de violência de gênero, cometida contra as mulheres, seja verbal, física, ou psicológica, que se intensifica em razão do isolamento social, e vulnerabiliza de forma mais aguda estas mulheres,

o sentimento de posse do homem sobre a mulher e a naturalização da violência cotidiana, especialmente a invisibilização da violência simbólica¹⁰ sofrida por nós, têm em comum as raízes de uma sociedade patriarcal, androcêntrica e misógina. Desfrutar o lar como um ambiente seguro, de descanso e proteção deveria ser um direito básico garantido, mas na prática ainda é um privilégio de classe e de gênero (VIEIRA, GARCIA e MACIEL, 2020, p. 3)

²⁵ Tais categorias serão abordadas em trabalhos científicos posteriores.

Junto a isso,

é preciso considerar que alguns fatores de risco para a violência doméstica como o estresse, desemprego, renda reduzida, recursos limitados e suporte social limitado podem contribuir para esse aumento e persistir por algum tempo após o término da pandemia (Campbell, 2020, apud ORNELL et al, 2020, p. 6).

É o que as entrevistadas expressam:

[...] e daí o estressante, o estresse que eu acabei me separando. [...] muitas vezes eu tinha que ir a pé pra casa, aí tu chegava em casa o marido dormindo né, e daí tu trabalhando, aí ele dizia: “ah pois eu não me acordei, ah mas o celular não despertou”. E isso foi estressando né [...] (F5, 2021)

Mas como é que eu vou te dizer, o casamento é assim, não tem o casal que não tem briga, uma discussão, é difícil. (F1, 2021)

É difícil. (F2, 2021)

É difícil. O meu é tranquilo as vez que ele vai ali no irmão, ele bebe, quer chegar em casa e quer dar uma de ... (F1, 2021)

De galo. (F2,2021)

De valentão e eu já corto as asas. E quando ele sai eu digo: “ó, vai beber, e não chegue em casa enchendo o saco, senão o pau pega” [...] (F1, 2021)

Após todas estas leituras da realidade, é fato que também há grandes relações entre a engenharia social neoliberal, a crise sanitária e a violência doméstica, no que diz respeito ao sofrimento e adoecimento mental. Nota-se que o medo, a ansiedade e o aumento do uso de bebidas alcólicas durante a pandemia de Covid-19 são manifestações importantes, que estão interligadas, e que não surgem nesse processo histórico, mas que se intensificam. São expressões que tem uma relação direta com uma categoria analítica que é a saúde mental. Seguem falas das entrevistadas como exemplo:

Eu tive muito medo. (F5, 2021)

Sim, tive bastante medo. (F2, 2021)

Referente ao consumo de bebidas alcólicas, uma participante relata que começou a beber conjuntamente com seu companheiro,

Eu comecei a beber junto, vou dormir com catingão de cachaça, de certo? (F2, 2021)

Nós tomamos nossas caipirinha, né? E é bom, é bom, bem geladinha. (F2, 2021)

E quando questionadas se o consumo teria aumentado durante a pandemia, uma participante respondeu:

Eu acho que sim, mas é que a gente não é de encher a cara, as vezes no domingo tu faz um copo de caipira ali [...] (F2, 2021)

O adoecimento mental tem relação direta com modelo de produção vigente e suas amarras. No mesmo sentido, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas durante a pandemia, pode estar diretamente associado a seus efeitos estressores, como ansiedade, medos, insegurança no emprego e risco de morte. Estas questões estão diretamente ligadas com o isolamento social, da mesma forma da reorganização da vida social.

Em suma, um dos temas do GF foi referente a território. Havia um grande interesse por parte do pesquisador em observar de que forma os territórios também podem reagir a determinadas crises (econômica ou sanitária), ou aprofundar os impactos. Surpreendeu-se ao perceber que um dos maiores impactos durante a pandemia foi referente a estiagem, que se relaciona com outra crise, a crise climática, assunto de teor urgente no mundo. Uma parte das entrevistadas desenvolvem atividades na agricultura, produzindo alimentos para subsistência e a estiagem popularmente conhecida como “seca” – fruto do desequilíbrio ambiental, da crise climática e das grandes queimadas que o Brasil passou nos últimos anos - teve impactos severos em suas produções,

Por isso que eu digo né, como é que o pobre vai viver gente. Deu isso aí, essa coisa aí, e agora o sol tá terminando de matar as coisas do pobre, como é que a gente vai viver? A gente tinha moranguinha, a gente tinha tomate, tinha coisarada assim na horta, isso tinha, pepino, e agora tu não tá colhendo nada mais. (F2, 2021)

Os pés tavam subindo nas árvores, e morreu tudo. (F2, 2021)

Secou tudo. (F1, 2021)

Nada, nada, nada. Lá em casa morreu tudo. (F2, 2021)

***Eu acho que tá acabando o mundo.** (F1, 2021, grifo nosso)*

[...] eu acho que é isso aí. Não é o mundo que tá acabando, é o povo que tá. (F2, 2021, grifo nosso)

Ainda relacionado a território, entre tantos impactos, se lança luz a categoria solidariedade e coletividade, que surge nesse processo histórico de pandemia, categoria tão importante para o Serviço Social. As entrevistadas trazem nos encontros do Grupo Focal, que muitas vezes receberam ou ajudaram com alimentação vizinhos, familiares, amigos:

Eu ganho um litro de feijão do sogro, ganho alguma coisa do sogro, o sogro planta e colhe, aipim, batata doce, essas coisas. (F1, 2021)

Um tem que ir ajudando o outro. (F2, 2021)

Finaliza-se este capítulo trazendo esta categoria solidariedade e coletividade, para exemplificar as formas que a organização coletiva em diversos território, se configura também como uma forma também de resistência e reação da classe trabalhadora sob esta realidade, indo na contramão da ideologia neoliberal. Florestan Fernandes defendia que os “de baixo”, se referindo a classe pobre, oprimida e excluída, compreende as dificuldades do seu dia a dia, e nesse sentido, tem potência de desenvolver senso crítico para modificar o mundo.

Florestan Fernandes defende a conscientização política, como elemento de transformação social. Seria uma ameaça para o capitalismo: massas pensantes, agentes reais de mudança vislumbrando uma sociedade mais justa e igualitária. (FERNANDES apud MAIA, 2010, p. 86)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso demonstra que um dos benefícios alcançados nesta pesquisa é trazer para os debates científicos a realidade vivida pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Novo Barreiro – RS durante a pandemia do Covid-19 e os diversos impactos que a pandemia gerou nas condições de vida destas famílias. Também, este estudo traz dados pertinentes e reflexões importantes para o Serviço Social brasileiro, que se encontra sob a luz dessa realidade, trabalhando diretamente com estas populações em seus diversos locais de atuação, em especial na Assistência Social, a fim de que estes dados e processos reflexivos balizem as futuras intervenções profissionais.

A partir dos resultados expressados neste estudo, demonstra que foi possível alcançar os objetivos da pesquisa e responder ao problema de pesquisa. Mas além disso, que a crise do capital com a força do neoliberalismo, altera as relações sociais, aprofundando as formas de opressão e exploração. Existem grandes desafios relacionados com as mutações do capitalismo e da nova morfologia do trabalho como agravante. Com a pandemia de Covid-19 isso se torna mais nítido, as expressões da questão social adquirem maior visibilidade e maior agudização, e evidencia o aumento das tensões, desigualdades, e o pauperismo da classe trabalhadora.

Afirma-se que o vírus do Covid-19 e suas nuances não atingem a todos da mesma forma. Se confirma através deste estudo que as populações na periferia do capitalismo dependente, pobres, negras, e em territórios vulneráveis são, em sua grande maioria, populações que enfrentaram

grandes embates durante a pandemia. Não somente no que tange a questão econômica, mas em todos os aspectos de suas vidas.

Identifica-se que, mesmo no cenário neoliberal, conservador e obscuro que o Brasil se encontra, com o avanço da precarização das políticas sociais e do trabalho e as privatizações, a pandemia revela o quanto as políticas de Seguridade Social são indispensáveis na contenção da pandemia, um exemplo disso são os dados que surgem nesta investigação, quando questionadas sobre o papel do CRAS durante a pandemia. Analisar as condições sócio-históricas, em tempos de hegemonia do capital, e desvendar essas relações sociais na sociedade capitalista, possibilita ao Serviço Social construir estratégias que respondam às demandas, os desafios e dilemas que são produzidos e reproduzidos na sociedade,

No entanto, esta pesquisa e suas discussões são a materialização de um percurso acadêmico da formação em Serviço Social. Não obstante, este trabalho tem uma importância na contribuição para a formação enquanto pesquisador, mas também enquanto sujeito, na própria formação humana. A pesquisa apresenta um compromisso da universidade para com a sociedade, e um compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora e os sujeitos históricos que vivem sob as mazelas do capital. É na relação entre a formação e pesquisa que se desenvolve uma “troca”, fixada na construção de conhecimentos para o aprimoramento em todos os âmbitos. Isso é práxis, é a relação dialética entre teoria e prática.

Por fim, ressalta-se que o conhecimento aqui produzido não esgota as discussões desta realidade, mas intensifica a necessidade de pesquisar e produzir novos conhecimentos que surgem da realidade para que assim seja possível transformá-la. É diante disso, que urge a luta cada vez maior de afirmativas comprometidas com as pautas da classe trabalhadora. Construir a luta por uma transformação radical do atual modo de produção e reprodução social da vida, compreendendo que a luta é por uma vida digna, livre de opressões e de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.41-51.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **Mundo da Saúde**, v 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/88/10_GrupoFocal.pdf. Acesso em: 2 de ago. 2021.

BARBALHO, Erika et. al. Indicadores sociodemográficos na pandemia da covid-19 por meio da distribuição espacial no Brasil: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**. 2021. V. 10. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352043097_Indicadores_sociodemograficos_na_pandemia_da_covid-19_por_meio_da_distribuicao_espacial_no_Brasil_Revisao_integrativa. Acesso em: 04 de jan. 2022.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Boletim Técnico Do Senac, 38(2), 77-79. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/169>. Acesso em: 09 de fev. 2022.

BATTINI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. 1º ed. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS, Brasília, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2022.

BRANDT, Daniele Batista; CISLAGHI, Juliana Fiuza. Desmonte e Financeirização da Seguridade Social em Tempos de Pandemia. In: MAURIEL, Ana Paula Ornellas; KILDUFF, Fernanda; SILVA, Mossicleia Mendes da; LIMA, Rodrigo Silva. (Orgs.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 159-180.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Condicionalidades**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/ge-stao-do-programa-1/condicionalidades>. Acesso em: 6 de set. 2021

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Manual do Entrevistador**. Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília: Ministério da Cidadania, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf. Acesso em: 22 de jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Programas e Ações**: Novo Barreiro. Brasília: Relatório de Programas e Ações, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=431349&aM=0#bolsafamilia>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**: Painel COVID-19, 2021. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 8 de set. 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia**: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos: o capitalismo e a metamorfose da escravidão**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Caderno de Orientações**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2018. Disponível em: [file:///C:/User/s/User/Downloads/Caderno-de-Orientac%CC%A7o%CC%83es-ATUALIZADO-0210 2019.pdf](file:///C:/User/s/User/Downloads/Caderno-de-Orientac%CC%A7o%CC%83es-ATUALIZADO-0210%202019.pdf). Acesso em: 15 de jul. 2021.

DALL'AGNOL, C. M.; TRENCH, M.H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. Rev. Gaúcha Enf. Porto Alegre, v.20, n.1, p. 5-25, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23448>. Acesso em: 09 de fev. 2022

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Foucault**. 5º reimpr. da 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FALEIROS, V. P. O que é política social. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Maria da Gloria Cardoso; CHRISTOPOULOS, Tania Pereira. A influência do Programa Bolsa Família sobre o comportamento de consumo da baixa renda. In: Federação de pesquisadores em gestão social (Orgs.). **Anais do VI Encontro Nacional de pesquisadores em gestão social**. São Paulo: ENAPEGS, 2012. Disponível em:

<http://anaisenaeps.com.br/2012/dmdocuments/338.pdf>. Acesso em: 25 de jul. 2021

FIOCRUZ. **Boletim extraordinário do Observatório Covid-19** – 6 de outubro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/boletim-extraordinario-do-observatorio-covid-19-6-de-outubro>. Acesso em: 06 de out. 2021

FIOCRUZ. **NOTA TÉCNICA: Leitos de UTI para COVID-19** – 6 de outubro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/nota_tecnica_observatoriocovid19_2022-01-26.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2022

FLEURY, S. Seguridade social: a agenda pendente. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 414-424, set./dez. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007
GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. Revista *Temporalis* – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983, p. 77.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Novo Barreiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/novo-barreiro.html>. Acesso em: 16 de jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 7 de ago. 2021.

IPEA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: Acesso em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9. Acesso em: 23 de ago. 2021

LIMA, et. al. “Transformações do sistema de proteção social no contexto latino-americano e antecedentes políticos e institucionais dos Programas de Transferência de Renda Condicionada”. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord). O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai. São Paulo: Cortez, 2016, p. 50.

LINERA, Álvaro G. A Construção do Estado. In: **Revista Margem Esquerda**. Ensaios marxistas. n. 15. São Paulo; Boitempo, 2010. Pg. 25-33.

MAIA, Lucíola Andrade; PINHEIRO, Carísia Maia. **Mestres da educação socialista**: Anton Makarenko e Florestan Fernandes. 1º ed. Fortaleza-Ce, Printcolor Gráfica e Editora, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência, 1973”. In: TRANSPADINI, Roberta & STEDILE, João (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A pandemia de COVID-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo. **Coleção História do Tempo Presente**, v. III, p. 225-249.

MARSIGLIA, R.G. Os Cidadãos e os Loucos no Brasil: a cidadania como processo. In: MARSIGLIA, RG et al. **Saúde Mental e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Edições Mandacaru, 1987. p. 85-93.

MARX, Karl (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. crítica da economia política. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 756.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. - Porto Alegre: L&PM, 2019, p. 27.

MENDES A; CARNUT L. Neofascismo, estado e a crise do capital: o Brasil de Bolsonaro e a demolição do direito à saúde. 25. Encontro Nacional de Economia Política [Internet]. 2020 jun. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/F95jdgvrBmBzh4CJXdXBJDh/?lang=pt>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTAÑO, C. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação (Bauru)**, v.9 n.2, p.191-211, 2003.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*. 2012, n. 111. pp. 413-429. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt#>. Acesso em: 13 de fev. 2022.

NOGUEIRA, Claudia; PASSOS, Rachel;. A DIVISÃO SOCIOSSEXUAL E RACIAL DO TRABALHO NO CENÁRIO DE EPIDEMIA DO COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti.. 2020, v. 33. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZWKHNKp9Jyxmjngm4SFZsRq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de fev. 2022.

NOVO BARREIRO, Prefeitura Municipal de. **Vacinômetro / Boletim Epidemiológico**. Novo Barreiro: Prefeitura Municipal de Novo Barreiro, 2021. Disponível em: <http://www.novobarreiro.rs.gov.br/portal/?mn=noticia&id=847>. Acesso em 16 de ago. 2021.

ORNELL, Felipe et al . Violência doméstica e consumo de drogas durante a pandemia da COVID-19. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 24, n. 1, p. 3-11, jun. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 fev. 2022.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; & BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-46.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, Maria. C. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP/Cultura Acadêmica, 2009. 233p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. CoronaVírus. **Painel Coronavírus RS**. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em 02 de set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Nº 56.025, de 9 de agosto de 2021**. Estabelece Protocolos de Atividade Obrigatórios e Variáveis. Diário Oficial Nº 159 - 2ª edição. Porto Alegre: Palácio Piratini, 2021. Disponível em: <https://coronavirus-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/202108/10085518-56025.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Sistema 3As de Monitoramento**. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 04 de set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Sistema 3As de Monitoramento**: Protocolos Gerais e De Atividades. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://admin.sistema3as.rs.gov.br/upload/arquivos/202109/08174710-livro-protocolos-sistema-3as-monitoramento-01-09-2021-vf.pdf>. Acesso em: 04 de set. 2021.

RIZZOTI, Maria Luiza Amaral; ALMEIDA, Aidê Cançado; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida. Sistema Único de Assistência Social: sua contribuição na proteção social brasileira. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família – 2003 a 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010. v. 1. p. 137-150.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020. p. 26. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf: Acesso em: 02 de fev. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. 272 p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valeria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira Silva. Renda mínima e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez; 1997.

SILVA, Mossicleia. Mendes. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. **Revista Vértices**, v. 22, n. Especial, p. 727-747, 31 dez. 2020.

SILVA, Simone Affonso da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Jun/2021. Acervo on-line. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-decovid-19/>. Acesso em: 02 de fev. 2022.

SOUZA, C. D. F., Machado, M. F. & Carmo, R. F. Human development, social vulnerability and COVID-19 in Brazil: a study of the social determinants of health (2020). *Infectious Diseases of Poverty*, 9, 124. <https://doi.org/10.1186/s40249-020-00743-x>

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. *In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; SPOSATI, Aldaíza; KOWARICK, Lúcio. Por uma sociologia da exclusão social - O debate com Serge Pagan. São Paulo: EDUC, 1999, p. 126-138.*

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato e MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2020, v. 23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>>. Acesso em 13 de fev. 2022.

WOLLENSTEIN-BETECH et. al. Physiological and socioeconomic characteristics predict COVID-19 mortality and resource utilization in Brazil (2020). **PLoS ONE**, 15(10), e0240346. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0240346>. Acesso em: 04 de fev. 2022

WOOD, Ellen Meiksins. Trabalho, classe e estado no capitalismo global. *In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2005.*

YAZBEK, Maria Carmelita, RAICHELIS, Raquel e SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. 2020, n. 138. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3k9rXGbp3TSLjKCrBw9tkC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; MARTINELLI. **A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7KdyBgqr46BS8KwYdvzSVgv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de fev. 2022.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA ENTREVISTA GUIADA

Esta entrevista tem o objetivo de caracterização, ou seja, levantar dados sobre sua vida pessoal e profissional, durante a Pandemia de Covid-19. Responda as questões de forma mais transparente e sincera possível.

A - CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

1. Faixa Etária: Informe sua idade (em anos):

2. Cor ou raça:

Preta Parda Branca Amarela Indígena

3. Qual a tua orientação sexual:

4. Estado Civil: Informe sua situação atual:

Solteira Casada União Estável Viúva Separada / Divorciada

5. Religião:

Católica Evangélica Luterana Espírita Não tenho religião Outra: _____

6. A sua residência possui acesso a internet?

Sim Não

7. Como se dá o acesso a internet?

A cabo Dados móveis internet emprestada Outro. Especificar _____

8. A sua residência possui quantos desses aparelhos:

TV: ____ Smartphone: ____ Computador: ____ Tablet: ____ Rádio: ____

9. Quantos filhos/filhas você tem?

1 2 3 4 5 Acima de 5 filhos/filhas

10. Idade dos filhos/das filhas?

11. Quantos filhos/filhas moram com você?

1 2 3 4 5 Acima de 5 filhos/filhas

12. Quantos filhos/filhas contribuem para a renda familiar?

1 2 3 4 5 Acima de 5 filhos/filhas

13. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você?

1 2 3 4 5 Outro: _____

14. Você sabe ler e escrever?

Sim Não

15. Informe o maior grau de escolaridade que você concluiu:

Ensino Fundamental Completo

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Superior Completo

Ensino Superior Incompleto

Cursando: Especificar _____

16. Recebe ou recebeu o Auxílio Emergencial?

Sim Não

17. Se não recebeu, sabe o motivo?

18. Recebe algum outro benefício governamental além do Programa Bolsa Família (Programa de Aquisição de Alimentos, Benefício de Prestação Continuada, entre outros)?

Sim Não

19. Se sim, qual?

20. Há alguém pertencente a algum grupo de risco morando em sua casa? (exemplo: hipertensão, diabetes, câncer, gestantes...)

Sim Não

21. Se sim,

idoso Hipertenso Diabéticos Doenças Autoimune Gestante Câncer Doença respiratória Outros:
Especificar _____

22. Você pertence a algum grupo de risco:

Sim Não

23. Se sim,

Idoso Hipertenso Diabéticos Doenças Autoimune Gestante Câncer Doença respiratória Outros:
Especificar _____

24. Você ou alguém que vive no domicílio tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc..)?

Sim Não

25. Se sim, qual é o tipo de deficiência?

Cegueira Baixa Visão Surdez severa/profunda Surdez leve/moderada Deficiência física Pessoa com transtorno mental Síndrome de Down

26. Em função dessa deficiência, recebe cuidados permanentes de terceiros?

Não Sim, de alguém da família Sim, de cuidador especializado Sim, de vizinho Sim, de instituição da rede socioassistencial Sim, de outra forma

B – CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

27. Sobre o seu trabalho:

Trabalho por conta própria (bico, autônoma)

Trabalho Rural

Emprego sem carteira de trabalho assinada

Emprego com carteira de trabalho assinada

Trabalho doméstico sem carteira assinada

Trabalho doméstico com carteira assinada

Trabalhador não-remunerado

Não trabalho

28. Quantos dias na semana você trabalha?

1 2 3 4 5 6 7

29. Já teve carteira assinada, ou bloco de produtor rural?

Sim Não

30. Já contribuiu com a previdência?

Sim Não

31. Está contribuindo com a previdência?

Sim Não

32. Se já teve carteira assinada, qual foi o último ano em que esteve empregada com carteira assinada?

C - IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19)

33. Comparando a sua vida antes da pandemia e agora, como você enxerga a diferença na/no:

33.1 Supermercado:

33.2 Gasolina:

33.3 Gás de cozinha:

33.4 Medicações:

33.5 Energia elétrica:

34. O valor do Auxílio Emergencial foi suficiente para auxiliar sua família durante a pandemia?

35. Durante a pandemia, como foi seu acesso aos equipamentos de saúde(Unidade Básica de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, Hospital)?

36. Como você avalia a atuação do CRAS de Novo Barreiro - RS durante a pandemia?

37. Além do CRAS, considera alguma instituição/instituições ou organizações que foram importantes para a sua família ou comunidade no suporte básico durante a pandemia?

38. O que foi mais difícil para sua família enfrentar durante a pandemia?

39. E para você, o que foi mais difícil?

40. Como foi para você vivenciar o isolamento social durante a pandemia?

41. No contexto da pandemia e com o fechamento de escolas e creches, impactou a sua vida/trabalho?

42. Durante a pandemia, você se utilizou de alguma medicação para depressão, ansiedade, ou outros?

43. Se sim, a medicação foi prescrita por algum/alguma profissional de saúde?

44. Mantém um acompanhamento com este/esta profissional?

45. Quais foram as suas atividades de lazer durante a pandemia?

46. Você passou a cuidar de alguém durante a pandemia?

APÊNDICE B: Planejamento de Análise

Planejamento de Análise			
IDEIA DA PERGUNTA	UNIDADES DE SIGNIFICADO	CATEGORIZAÇÃO	SÍNTESE
<p>PANDEMIA DO COVID-19</p>	<p>F5: [...] a pandemia em alguma coisa ela foi difícil né, mas eu continuei trabalhando a pandemia inteira.</p> <p>F5: [...] não parei de trabalhar. Só parei agora porque eu tô afastada da cirurgia né, mas trabalhei a pandemia inteira.</p> <p>F5: [...] lá no serviço é bastante preocupante, porque tu tá no lado, todo mundo trabalha um do lado do outro, e tu não sabe se aquela pessoa tá ou se não tá né. Tu tá sempre trabalhando preocupado.</p> <p>F2: Eu também, não tomamos as vacinas;</p> <p>F2: Eu não. Não quis fazer, meu marido não quis fazer e eu não quis fazer.</p> <p>M1: O que foi mais difícil para sua família enfrentar durante a pandemia?</p> <p>F4: O mais difícil foi ficar em casa.</p> <p>F1: [...] do nada a gente não podia mais sair de casa, tinha que ficar trancado, não podia mais tomar um chimarrão com os vizinho, ir no bar.</p>	<p>PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO</p> <p>NEGACIONISMO</p> <p>ISOLAMENTO SOCIAL</p> <p>SOBRECARGA DE TRABALHO</p>	<p>Constata-se deste questionamento que a precarização das condições de trabalho aumentou. Que a sobrecarga de trabalho é uma realidade presente, tendo menos funcionários e mais trabalho a realizar. Que existe uma divisão social, sexual e racial do trabalho. Além, observa-se como os discursos negacionistas e os ataques a ciência no Brasil impactam as entrevistadas. Durante as entrevistas surgiram temas relacionados a decisão de não tomar as vacinas para a Covid-19, o próprio termo “gripe” surge em um momento, termo tão expressado pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Ainda, como categoria emergente surge o isolamento social, como um dos maiores impactos para as entrevistadas, a respeito da dificuldade de permanecer em casa.</p>
<p>PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE</p>	<p>M1: Você passou a cuidar de alguém durante a pandemia?</p> <p>F3: Minha irmã, que daí deu também né o covid, eu vinha trazer comida e voltava. E minha mãe que eu tive que ficar em passo fundo, três dias com ela, mas daí ela morreu do coração.</p>	<p>O PAPEL DO CUIDADO</p>	<p>Ao levantar questionamentos se as participantes durante a pandemia passaram a cuidar de alguém, responderam que sim, muitas vezes algum familiar ou conhecido. Assim, observa-se como o papel do cuidado muitas vezes recai sobre as mulheres.</p>

<p style="text-align: center;">SAÚDE MENTAL</p>	<p>F5: Eu tive muito medo. F2: Sim, medo bastante. F5: [...] eu que não tenho problema de asma quase morri, imagina ela, deus me livre. F5: Ah, muito complicado né, eu tinha muito medo. Lá na firma era todo dia gente parando porque tinha pegado o covid.</p> <p>F1: Tinha nossa, noventa por cento (das informações) acho que era só do covid que passava. Passava bastante. Era bem assustador. F5: Era só pra assustar mais.</p> <p>F5: Deu estresse, deu separação</p> <p>F1: Eu sou muito ansiosa, tomo até remédio, sou muito ansiosa. M1: E na pandemia tu se sentiu mais ansiosa? F1: E na pandemia eu me senti mais ansiosa, aham.</p> <p>F2: Eu comecei a beber junto, vou dormir com catingão de cachaça, de certo? F2: Nós tomamos nossas caipirinha, né? E é bom, é bom, bem geladinha.</p> <p>F2: Antes era mais divertido ir no mercado, agora com tudo na base da máscara, e mais caro. Um dia tu vai no mercado e ta um preço, no outro dia tu vai e ta outro.</p>	<p style="text-align: center;">MEDO</p> <p style="text-align: center;">EXCESSO DE INFORMAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">ANSIEDADE</p> <p style="text-align: center;">AUMENTO DO CONSUMO DE ALCOOL</p> <p style="text-align: center;">REORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL</p>	<p>O medo surge como uma categoria central a respeito do impacto da vida destas mulheres, medo a respeito do vírus de Covid-19, medo da perda de familiares, medo de perder o emprego.</p> <p>Analisa-se que o excesso de informação está intimamente ligado com o medo e outras categorias. A explosão de informações nos canais informativos, midiáticos e informáticos acabou gerando sofrimentos, confusão, uma enorme preocupação, medo, dentre tantas outras categorias.</p> <p>No decorrer do Grupo Focal, quando indagadas, algumas participantes responderam que consumiram uma quantidade maior de bebidas alcoólicas durante a pandemia, conjuntamente com seus companheiros, associado também a ansiedade durante o isolamento social.</p> <p>No que diz respeito a reorganização da vida social, muito se expressou das mudanças durante a pandemia, do uso de máscara, do uso de álcool em gel, luvas. Dessa nova forma de organizar o cotidiano.</p>
<p style="text-align: center;">DESEMPREGO</p>	<p>F1: Nós tamo desempregados, meu marido anda fazendo biscate, uns biscatinho por alí. F2: O meu também biscate. F5: Eu, como não tenho mais marido né, aí eu to trabalhando na JBS, continuo né, to de licença [...]</p> <p>F5: Aqui no barreiro é pouco né. F5: É pouco trabalho que tem aqui. Senão a gente não precisava sair daqui e ir lá, em Trindade do Sul né. F2: Trabalhar fora e longe. F5: E o que tem, tipo as vezes falam: “ah porque que tu não sai de lá e não vem trabalhar na aurora?”, daí eu disse: “vou sair do certo pelo duvidoso?”. Não dá né, então eu fico lá.</p> <p>F5: No nosso ônibus nós tava em doze, indo trabalhar, daqui do barreiro, porque aqui não tem né, não tem nada. F2: Não tem emprego. F5: E ainda quando tem não pagam direito.</p>	<p style="text-align: center;">TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">SOBRECARGA DE TRABALHO</p>	<p>Constata-se a partir do primeiro encontro do GF que a categoria trabalho também se torna uma categoria central para interpretar a realidade. É onde surgem as maiores expressões, desde o aumento do desemprego, o medo do desemprego, a dificuldade de encontrar empregos e baixo número de empregos, e quando encontrados pagam um valor irrisório.</p> <p>Da mesma forma, relacionado ao trabalho, uma das entrevistadas expressa que a dificuldade de encontrar emprego, há fez buscar emprego em outra cidade, precisando retirar-se de uma cidade e ir até outra cidade trabalhar.</p> <p>Ainda, pontua-se a tripla jornada de trabalho das mulheres aqui investigadas durante a pandemia, que se viram sobrecarregadas de tarefas como o trabalho - seja ele formal, na agricultura, ou informal -, os afazeres da casa, e os filhos ou netos – as vezes ambos -.</p>

<p style="text-align: center;">FAMÍLIA</p>	<p>F5: [...] e daí o estressante, o estresse que eu acabei me separando. [...] muitas vezes eu tinha que ir a pé pra casa, aí tu chegava em casa o marido dormindo né, e daí tu trabalhando, aí ele dizia: “ah pois eu não me acordei, ah mas o celular não despertou”. E isso foi estressando né, então é melhor.</p> <p>F5: Sim, os serviços da casa, porque daí não tinha quem fazia [...].</p> <p>F5: Mais os temarada em casa né, não, foi bem dificultoso, eu tive bastante discussão com as professoras, porque elas exigiam muito, e eu dizia: “eu não tenho como ajudar, como eu vou ajudar se eu estudei até a terceira série?”</p> <p>F2: E daí vem uns coiso pra ensinar e a gente nem sabe.</p> <p>F5: Não sabe.</p> <p>M1: E como foi isso pra vocês? Pra ensinar?</p> <p>F2: Ensinar, pois eu não sei ensinar.</p> <p>F5: Eu não soube.</p> <p>F2: Eu não ensinei, nunca ensinei, por isso no ensinar eu perdi minha neta. Não sabia ensinar, ela foi pra ensinarem ela, e acabei perdendo ela, porque ela não quis voltar mais [...].</p> <p>F2: [...] é mais tranquilo assim. Pior é os que tão lá longe e daí não podiam vir, esses aí que é ruim né [...]</p> <p>F1: Mas como é que eu vou te dizer, o casamento é assim, não tem o casal que não tem briga, uma discussão, é difícil.</p> <p>F2: É difícil.</p> <p>F1: É difícil. O meu é tranquilo as vez que ele vai ali no irmão, ele bebe, quer chegar em casa e quer dar uma de ...</p> <p>F2: De galo.</p> <p>F1: De valentão e eu já corto as asas. E quando ele sai eu digo: “ó, vai beber, e não chegue em casa enchendo o saco, senão o pau pega”, o pau na cabeça.</p> <p>F1: Mas como é que eu vou te dizer, o casamento é assim, não tem o casal que não tem briga, uma discussão, é difícil.</p> <p>F2: É difícil.</p> <p>F1: É difícil. O meu é tranquilo as vez que ele vai ali no irmão, ele bebe, quer chegar em casa e quer dar uma de ...</p> <p>F2: De galo.</p> <p>F1: De valentão e eu já corto as asas. E quando ele sai eu digo: “ó, vai beber, e não chegue em casa enchendo o saco, senão o pau pega”, o pau na cabeça.</p>	<p style="text-align: center;">SEPARAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">ROMPIMENTO DE</p> <p style="text-align: center;">VÍNCULOS</p> <p style="text-align: center;">DIFICULDADE DE</p> <p style="text-align: center;">AUXILIAR OS FILHOS</p> <p style="text-align: center;">E NETOS NAS</p> <p style="text-align: center;">ATIVIDADES DA</p> <p style="text-align: center;">ESCOLA</p> <p style="text-align: center;">ESTAR LONGE</p> <p style="text-align: center;">DOS FAMILIARES</p> <p style="text-align: center;">VIOLÊNCIA</p> <p style="text-align: center;">DOMÉSTICA</p>	<p>Torna-se evidente que com o isolamento social compulsório e os integrantes familiares obrigadas a estarem junto durante mais tempo trouxe consequências para a vida destas mulheres entrevistadas. É nesse sentido que surge na investigação categorias como separação de casais, aumento da violência doméstica, rompimento de vínculos familiares, no mesmo sentido, com o fechamento das escolas e creches, surge a dificuldade de auxiliar os filhos e netos nas atividades da escola, visto que grande parte das entrevistadas não possuem letramento.</p>
---	--	--	--

<p>CRISE ECONÔMICA</p>	<p>F5: Olha, o ruim é de tu ir no mercado, porque tu vai lá com cem pila tu trás nas mãos e não vê pra onde que vai né. Dá pra comer, se der uma semana. Cinco quilos de arroz lá em casa dá uma semana, porque a criançada que tem, deus me livre.</p> <p>F2: Um pedaço de quilo de carne não da almoço.</p> <p>F2: Não, e as coisas eram mais baratas uma vez.</p> <p>F1: Tudo mais barato.</p> <p>F2: Agora é muito caro as coisas.</p> <p>F1: Nós também, levamo controlado, porque daí só de biscate né, só comer, água e luz no caso, não pagamos mais aluguel, tem que levar controlado, não dá pra gastar.</p> <p>F5: Eu economizo bastante, todo mundo me chama de mão de vaca né, porque eu compro o necessário pra dentro de casa pra comer [...]</p> <p>F2: Pois é, não é fácil, quem lida com biscatinho aí, tem que controlar muito [...]</p> <p>F2: Tem fogão a lenha pra poupar o gás, nem que soa até lá embaixo, corra suor, usa o fogão a lenha.</p> <p>F2: Porque gás não dá né, pense bem, se tu vai ocupar o gás direto, acho que não dura um mês, um bujão, nunca.</p> <p>F1: Sabia que uma vez com cinquenta reais tu comprava um bujão de gás e ainda comprava mais coisas. Agora não dá com cinquenta, não dá com cem, e né.</p>	<p>AUMENTO DOS PREÇOS DE SERVIÇOS BÁSICOS</p> <p>DIFICULDADES ECONÔMICAS</p> <p>TRABALHO INFORMAL</p> <p>USO DO FOGÃO A LENHA</p> <p>INCERTEZAS</p>	<p>As beneficiárias entrevistadas apontaram que durante a pandemia houve um aumento expressivo dos preços de serviços básicos, como gás, energia elétrica, alimentação, gasolina, dentre outros.</p> <p>E essa categoria está atravessada com outras categorias, uma delas as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas entrevistadas, marcadas pela informalidade no trabalho e incertezas futuras.</p> <p>Nesse mesmo sentido, observou-se que com o aumento do preço de serviços básicos como o gás, muitas das entrevistadas se viram obrigadas a recorrer ao fogão a lenha, encontrando formas de sobreviver em uma realidade onde os preços dos produtos só aumenta.</p>
<p>CULTURA E LAZER</p>	<p>M1: Quais foram as suas atividades de lazer durante a pandemia?</p> <p>F4: Eu acho que assistir filme com a família.</p> <p>F1: Tomar meu chimarrão, assistir às novelas, o celular.</p> <p>F3: Assistir só, e mexer no telefone.</p> <p>F5: Nada, nenhuma atividade de lazer, só trabalhar e trabalhar, não tem nada pra fazer.</p>	<p>NÃO ACESSO AO LAZER E CULTURA</p>	<p>Com a pandemia e o advento do isolamento social o direito fundamental ao lazer e a cultura foi negado às mulheres. Isso se relaciona diretamente com o adoecimento mental e sofrimento psíquico das participantes, uma vez que não tiveram acesso a atividades de cultura e lazer. Quando questionadas sobre quais foram as atividades de lazer durante a pandemia, houveram diferentes respostas, mas em sua maioria pôde-se perceber que nas horas disponíveis ao lazer, algumas utilizavam o celular, assistiam televisão, ou inclusive tomavam chimarrão com a família. Nota-se que durante o isolamento social, as tecnologias virtuais tornaram-se sinônimos de lazer.</p>

<p style="text-align: center;">TERRITÓRIO</p>	<p>F2: Os pés tavam subindo nas árvores, e morreu tudo. F1: Secou tudo. F2: Nada, nada, nada. Lá em casa morreu tudo. F1: Eu acho que tá acabando o mundo. F2: [...] eu acho que é isso aí. Não é o mundo que tá acabando, é o povo que tá.</p> <p>F2: Eu também meio ganhei rancho. Se eu não ganhasse um rancho. F2: Eu ganhei do CRAS. F5: Eu ganhei uma vez do CRAS, a igreja da Biriva também ajudou uma vez, e os amigos, parentes né</p> <p>F1: Eu ganho um litro de feijão do sogro, ganho alguma coisa do sogro, o sogro planta e colhe, aipim, batata doce, essas coisas. F2: Um tem que ir ajudando o outro.</p> <p>F1: Nós plantamos feijão esse ano, mas passaram veneno acho, que secou tudo, pestiou tudo.</p>	<p style="text-align: center;">ESTIAGEM</p> <p style="text-align: center;">AUMENTO DO USO DE AGROTÓXICOS</p> <p style="text-align: center;">DESEQUILIBRIO CLIMÁTICO</p> <p style="text-align: center;">SOLIDARIEDADE E COLETIVIDADE</p> <p style="text-align: center;">SUPORTE BÁSICO DURANTE A PANDEMIA</p>	<p>Uma das categorias que surgem durante o Grupo Focal é a estiagem. Grande parte das participantes trabalham com a agricultura familiar, sobrevivendo do que plantam, e a estiagem popularmente conhecida como “seca” teve impactos severos em suas produções. Mas não somente isso, além de serem afetadas pela estiagem, também surge nesse processo o aumento do uso de agrotóxicos pelos grandes produtores da região.</p> <p>A seca está diretamente relacionada com o desequilíbrio ambiental, com as queimadas, com o desmatamento das florestas e biomas do Brasil, dentre tantos outros fatores. Ainda relacionado a território, entre tantos impactos, se lança luz a categoria solidariedade e coletividade que surge nesse processo histórico de pandemia. E nesse sentido, as entrevistadas trazem nos encontros do Grupo Focal, que muitas vezes receberam ajuda com alimentação de vizinhos, de familiares, inclusive de instituições religiosas. Mas é inegável que quem teve maior intervenção no que tange ao suporte básico durante a pandemia foram os equipamentos da Assistência Social, o CRAS por exemplo. 100% das participantes seguiram recebendo durante a pandemia uma cesta de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, programa ligado a Prefeitura e ao CRAS, e todas foram beneficiadas por uma ou duas cestas básicas no período de 2020/2021.</p>
<p style="text-align: center;">PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</p>	<p>F2: Esse governo manda um dinheirinho pra gente, manda, tá certo que ele manda, mas vai no mercado o que que tu faz com quatrocentos. Não faz nada.</p> <p>F5: Se não tivesse o dinheiro da Angela e da Luisa que eu recebo, eu tinha passado fome, porque com tudo as conta que eu pago, por mês, eu pago mil e duzentos e pouco de conta, só conta né, fora as compra que eu tenho pra pagar por mês né.</p> <p>M1: E tu acha que conseguiria sobreviver somente com o valor do bolsa?</p> <p>F5: Olha, se fosse só esse valor eu não conseguiria.</p>	<p style="text-align: center;">BAIXO VALOR DO PBF</p> <p style="text-align: center;">BAIXO VALOR DO AUXÍLIO EMERGENCIAL</p>	<p>O baixo valor recebido pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família é uma categoria diretamente ligada com as outras categorias. O valor do PBF está congelado desde 2018, e durante a pandemia o PBF foi suspenso, enquanto as beneficiárias recebiam o Auxílio Emergencial.</p> <p>As participantes deixam nítido que o valor recebido pelas mesmas referente ao Auxílio Emergencial era insuficiente para se manter durante a pandemia, afetando diretamente a capacidade de sobreviver e de comprar mantimentos básicos.</p>

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família

Eu, Larissa Ramalho Pereira (coordenadora) siape n° 3241059, e Augusto Picolo Furini (orientando) CPF: 031.166.660-40 e matrícula 201721221, responsáveis pela pesquisa “*Programa Bolsa Família: um estudo sobre o impacto da pandemia do Covid-19 na vida das famílias beneficiárias de Novo Barreiro - RS*”, estamos fazendo um convite para você participar como voluntária/o nesse estudo. Esta pesquisa pretende analisar quais foram os principais impactos da Pandemia da Covid-19 sobre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Novo Barreiro – RS, a fim de desocultar as expressões da questão social e suas implicações sobre as condições de vida da população beneficiária do PBF.

Acreditamos que ela seja importante porque possibilitará o aprofundamento na construção do conhecimento, de dar visibilidade aos impactos sociais que surgem nesse processo histórico de pandemia da Covid-19, e de tantas outras implicações sobre as condições de vida de uma população em vulnerabilidade. A pesquisa consiste através de uma Entrevista Guiada, dividida em três blocos de perguntas, cujas respostas serão posteriormente analisadas, da mesma forma, a participação do Grupo Focal, de 4 encontros, com duração de 45 à 60 minutos, que serão gravadas em áudio, transcritas e posteriormente também serão analisadas por processos de análise textual qualitativa.

Sua participação será de maneira voluntária, sem quaisquer remunerações, os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. É possível que você tenha o risco de desconforto ao lembrar de alguma situação e que você se sinta constrangido em continuar. Se isto vier a acontecer, você terá o direito de interromper e dispensar sua participação neste estudo a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão. Para evitar os riscos decorrentes de desconfortos será realizado um diálogo anteriormente com intuito de explicar a pesquisa e esclarecer dúvidas. Também, é possível que você tenha risco de contágio pelo Covid-19, se isso ocorrer, a equipe de referência da Estratégia de Saúde da Família da Linha Biriva

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM: Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 763 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS.

estará à disposição para reduzir efeitos e condições adversas que possam causar danos. Para evitar o risco de contágio pelo Covid-19 será respeitado os protocolos sanitários a partir do Decreto do Estado do Rio Grande do Sul Nº 56.025, de 9 de agosto de 2021 e do Sistema 3As de monitoramento⁶, dos Protocolos Gerais e de Atividades organizados pelo Estado do Rio Grande do Sul. Os assentos na sala terão distanciamento de 1 pessoa por 4m². Em cada encontro a sala e os assentos serão higienizados adequadamente. Terá álcool em gel 70% na entrada da sala. A temperatura será verificada ao ingressar no local e qualquer membro positivado, com sintomas de Covid-19 ou que esteve em contato com pessoas que positivaram para Covid-19 não poderão participar dos encontros, comunicando imediatamente às autoridades de saúde local, quando identificar algum integrante com sintoma respiratório ou compatível com a COVID-19, salvo orientações de protocolo de rastreamento e testagem vigente. O álcool em gel e a máscara serão de uso obrigatório para entrar na ESF, da mesma forma, para participar da pesquisa. Será evitado comportamentos sociais de contato, tais como: apertos de mão, abraços, beijos no rosto. Não será permitido compartilhar objetos de uso pessoal, como: escova de cabelo, copos, talheres e chimarrão, canetas, lápis e outros materiais de escrita, celulares e telefones, fones de ouvido ou microfones, dentre outros objetos. Não será permitido alimentação no local. As participantes, ainda, serão acompanhadas pelos pesquisadores no que se refere ao bem estar de saúde e de assistência social, bem como posteriormente em ambiente afim as equipes do Centro de Referência de Assistência Social e da Estratégia de Saúde da Família estarão à disposição caso ocorra algum incomodo ou desconforto ao participar desse projeto.

Os benefícios que esperamos nesta pesquisa é trazer para os debates científicos a realidade vivida pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Novo Barreiro – RS durante a pandemia do Covid-19 e os impactos que a pandemia gerou nas condições de vida destas famílias. Também esperamos que este estudo gere dados pertinentes e reflexões importantes para o Serviço Social brasileiro, que se encontra sob a luz dessa realidade, trabalhando diretamente com estas populações em seus diversos locais de atuação, em especial na Assistência Social, a fim de que estes dados e processos reflexivos possam balizar suas intervenções profissionais.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM: Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 763 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com Larissa Ramalho Pereira pelo e-mail larissa.ramalho.pereira@gmail.com ou com o orientando da pesquisa Augusto Picolo Furini no telefone (55) 99107-7455 a qualquer hora.

A pesquisa será realizada na sala de reuniões da Estratégia de Saúde da Família na localidade da Linha Biriva, cidade de Novo Barreiro – RS. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação e seu anonimato. Da mesma forma, terá um relatório da pesquisa com os dados já analisados, para que assim, aconteça uma devolutiva para as sujeitas da pesquisa e para a sociedade.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 763 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 e e-mail: cep.ufsm@gmail.com . O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Este termo de consentimento pode ser assinado se tiver recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelos responsáveis pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura ou a escuta sobre este documento e de ter tido a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado/a, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a, dos Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM: Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 763 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS.

possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura da/o participante da pesquisa

DECLARAÇÃO DO(A) PESQUISADOR(A) QUE OBTIVE O CONSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo qualitativo para a/o participante. Na minha opinião e na opinião da/o participante, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

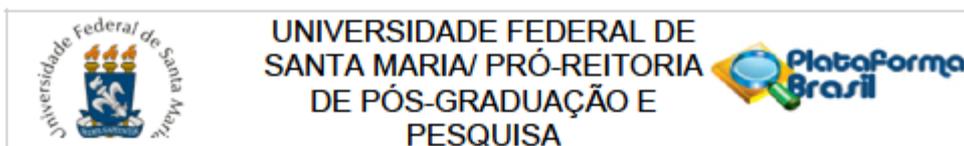
Data: _____

Assinatura do orientando da pesquisa

AUGUSTO PICOLO FURINI

Novo Barreiro, Rio Grande do Sul.

ANEXO 1 – PARECER COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Programa Bolsa Família: um estudo sobre o impacto da pandemia do Covid-19 na vida das famílias beneficiárias de Novo Barreiro - RS.

Pesquisador: Larissa Ramalho Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52693821.0.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.136.671

Apresentação do Projeto:

O projeto é intitulado "Programa Bolsa Família: um estudo sobre o impacto da pandemia do Covid-19 na vida das famílias beneficiárias de Novo Barreiro - RS." Trata-se de um projeto de pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso, curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

No resumo do trabalho consta o seguinte texto: "Propõe-se, neste estudo, refletir acerca do impacto da pandemia do Covid-19 sobre as condições sócio-humanas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Novo Barreiro no Estado do Rio Grande do Sul. Compreende-se neste projeto a possibilidade de aprofundar a construção de conhecimento, dando visibilidade e dizibilidade às expressões da questão social que surgem nesse processo histórico de pandemia da Covid-19, e de tantas outras implicações sobre as condições de vida de uma população em vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, referenciadas ao Centro de Referência de Assistência Social de Novo Barreiro - RS, e que participam do Grupo de Mulheres da Linha Biriva junto ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Para tanto, o método que pauta este projeto é o método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, o qual viabiliza e sustenta o arcabouço teórico-metodológico necessário para a análise da realidade que o estudo se propõe. Ainda, esta pesquisa

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.136.671

pressupõe como resultados subsidiar algumas mediações necessárias para compreender a reprodução das relações sociais no atual cenário político neoliberal, assim como contribuir com reflexões pertinentes para o Serviço Social brasileiro, que se encontra sob a luz dessa realidade, a fim de que estes processos reflexivos possam balizar suas intervenções profissionais”.

No trabalho constam a introdução, tema, delimitação do tema, espaço tempo, problema, revisão de literatura, objetivos, metodologia, orçamento e fonte de financiamento, cronograma, referências e anexos .

Objetivo da Pesquisa:

- Identificar quais foram os principais impactos da Pandemia da Covid-19 sobre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Novo Barreiro – RS, a fim de desocultar as expressões da questão social e suas implicações sobre as condições sócio humanas desta população.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Tendo em vista as características do projeto a descrição de riscos e benefícios pode ser considerada suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta três documentos referente a Autorização Institucional (embora dois desses, a autorização do CRAS de Novo Barreiro e da Secretaria de Saúde de Novo Barreiro, com a ausência do carimbo), a folha de rosto da Plataforma Brasil, informações básicas do projeto inserida na Plataforma Brasil; apresenta comprovante de registro no GAP, apresenta projeto de pesquisa completo, termo de confidencialidade, termo de consentimento livre e esclarecido.

Recomendações:

.

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
UF: RS Município: SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.136.671

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1840840.pdf	23/11/2021 11:00:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_final.pdf	23/11/2021 11:00:13	Augusto Picolo Furini	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	23/11/2021 10:59:17	Augusto Picolo Furini	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	19/10/2021 13:10:43	Augusto Picolo Furini	Aceito
Outros	autorizacao_institucional_sec_de_assistencia.pdf	15/10/2021 19:38:46	Augusto Picolo Furini	Aceito
Outros	autorizacao_institucional_sec_de_saude.pdf	15/10/2021 19:38:13	Augusto Picolo Furini	Aceito
Outros	autorizacao_institucional_cras.pdf	15/10/2021 19:35:17	Augusto Picolo Furini	Aceito
Outros	registro_GAP.pdf	15/10/2021 19:34:01	Augusto Picolo Furini	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/10/2021 11:10:42	Augusto Picolo Furini	Aceito

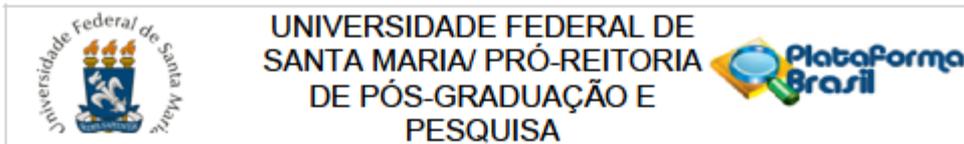
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi CEP: 97.105-970
UF: RS Município: SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA
DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA

Continuação do Parecer: 5.136.671

SANTA MARIA, 30 de Novembro de 2021

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com